



Universidade de Brasília

Faculdade de Ciência da Informação

PPGCINF - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Patrícia Nunes da Silva

Organização Social do Conhecimento:
um estudo no contexto das universidades federais brasileiras

Brasília

2012

Patrícia Nunes da Silva

Organização Social do Conhecimento:
um estudo no contexto das universidades federais brasileiras

Dissertação apresentada a Banca examinadora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Bräscher Basílio Medeiros

Brasília

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Fonte

S586 Silva, Patrícia Nunes da.

Organização Social do Conhecimento: um estudo no contexto das universidades federais brasileiras/ Patrícia Nunes da Silva. - 2012.

142 f. : il. ; 30 cm.

Inclui bibliografia.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Marisa Bräscher Basílio Medeiros.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília/ Faculdade de Ciência da Informação, 2012.

1. Organização do conhecimento. 2. Organização social do conhecimento.
3. Classificação das ciências. I. Silva, Patrícia Nunes da. II. Medeiros, Marisa Bräscher Basílio (orient.). III. Título.

CDU 025.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "Organização Social do Conhecimento: um estudo no contexto das universidades federais brasileiras".

Autor (a): Patrícia Nunes da Silva

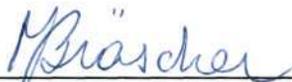
Área de concentração: Transferência da Informação

Linha de pesquisa: Arquitetura da Informação.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em 17 de abril de 2012.

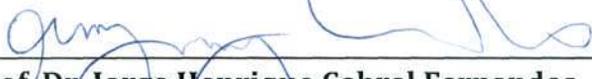
Aprovado por:



Prof.ª Dra. Marisa Bräscher Basílio Medeiros
Presidente - (UnB/PPGCINF)



Prof.ª Dra. Célia Ghedini Ralha
Membro Externo - (UnB/CIC)



Prof. Dr. Jorge Henrique Cabral Fernandes
Membro Interno - (UnB/PPGCINF)

Prof.ª Dra. Sofia Galvão Baptista
Suplente - (UnB/PPGCINF)

DEDICATÓRIA

À Deus, pelo amor incondicional que tem por mim e por está sempre ao meu lado.

À minha mãe e meu pai (in memoriam), os amores da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ser tão maravilhoso. Por mandar seu único filho para me salvar. E por abrir os meus olhos e me permitir ver e viver sua boa, perfeita e agradável vontade e por ter certeza que esse trabalho é mais uma das bênçãos reservadas para mim.

À minha mãe por ser tão maravilhosa! Meu exemplo de mulher, mãe: guerreira, preocupada, atenciosa, amorosa, bravinha (às vezes) e cuidadosa. Amo-te muito mãe. Você é um presente de Deus para mim e para quem está perto de você.

À meu pai, que infelizmente não me viu entrar no mestrado, mas que em vida me ensinou muita coisa. Me ensinou a ser uma pessoa boa e muito paciente. Obrigada por tudo que fez por mim, que sua estrela brilhe mais e mais no céu.

À Fran por ser a irmã que eu não tive.

Aos meus amores caninos: ao Fluffy (in memoriam), que acompanhou por metade da minha vida e que sempre estava do meu lado nas madrugadas loucas, escrevendo essa dissertação; e ao Luck, meu cachorrinho bebê, que tem me dado tanta alegria e ânimo desde que chegou.

À professora Marisa Brascher por sua paciência, ajuda e orientação.

Aos professores Célia Ghedini Ralha e Jorge Henrique Cabral Fernandes por terem participado de minha banca e pelas valiosas sugestões e contribuições a minha dissertação.

Às meninas da secretaria de pós-graduação Jucilene e Martha, por sempre terem sido tão simpáticas e terem me ajudado com várias dicas.

Ao Attila Blacheyre, pela revisão do texto.

Aos amigos que fiz nesses anos de mestrado em especial à Eveline, que é uma pessoa muito legal e muito inteligente, toda vez que conversávamos, meu lado pesquisadora acordava.

À minha amiga Mara Karoline, por ter me ajudado tanto na pesquisa como na vida também. Ouvindo minhas reclamações, alegrias e estando sempre disposta a me ajudar.

Aos meus amigos de coral: Simone, Beth, Artur, Érica, Juliana, Carla. Vocês fazem meus dias mais felizes.

Aos meus amigos de hoje e de sempre: Cris, Neinha, Lica, Lígia e Aila.

À todos meus amigos da Sara Nossa Terra, companheiros e sempre ligados no propósito de Deus assim como eu.

Aos meus amigos e colegas da BCE, vocês são demais.

Enfim, AMO TODOS VOCÊS.

Obrigada!!!

Nunca deixe que ninguém lhe diga que não pode fazer algo. Se tem um sonho deve protegê-lo. Quando alguém não pode fazer algo diz que você não pode fazer também. Se quiser algo, vá atrás.

À procura da felicidade

Resumo

A pesquisa teve como objetivo caracterizar a organização social do conhecimento no contexto das universidades federais brasileiras, a fim de contribuir para o futuro desenvolvimento de classificações de áreas do conhecimento condizentes com a realidade acadêmica brasileira. A pesquisa tem caráter exploratório e foi realizado um estudo de caso. Foram descritos e analisados os modelos de organização institucional das dez universidades federais brasileiras selecionadas na amostra. A partir disso, se a organização social do conhecimento nessas instituições, relativamente à na CDU e à Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq. Da CDU foram selecionadas as classes de zero a três e da Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, as áreas de Ciências Aplicadas e Ciências Humanas. Concluiu-se que há semelhanças entre as três estruturas e que fatores externos influenciam na definição da estrutura organizacional das universidades. Observou-se que essa é uma característica da Organização Social do Conhecimento, pois esse tipo de organização está condicionado a diversos fatores como os fenômenos sociais, culturais, econômicos e, por consequência, os processos mentais do conhecimento. Como resultado foi feita uma sistematização dentro das áreas de ciências humanas e sociais, de modo que facilitasse a compreensão da compilação dos dados obtidos na pesquisa.

Palavras-chave: Organização do conhecimento; Organização social do conhecimento; Classificação das áreas do conhecimento.

Abstract

The research aimed to characterize the social organization of knowledge in the context of the Brazilian federal universities in order to contribute to the future development of classifications of areas of knowledge commensurate with the Brazilian academic reality. The research is exploratory and we performed a case study. We described and analyzed the structure models of the ten selected Brazilian federal universities in the sample. From this we analyzed the social organization of knowledge in these institutions, the CDU and the Table of Knowledge Areas of CNPq. The CDU classes selected were the classes zero to three and the Table of Knowledge Areas, areas of Applied Sciences and Humanities. It was concluded that there are similarities between the three classifications and that external factors influence the definition of the organizational structure of universities. It was observed that this is a feature of the Social Organization of Knowledge, because this type of organization is conditioned on several factors such as social phenomena, cultural, economic and, consequently, the mental processes of knowledge. As a result we made a systematic within the areas of humanities and social sciences in order to facilitate their understanding of the compilation of data in the research.

Keywords: Knowledge Organization; Social Knowledge Organization, Classification of areas of Knowledge.

Lista de ilustrações

Lista de figuras

Figura 1 – Árvore de Porfírio – Fonte: POMBO, 2002.....	36
Figura 2 – Triângulo de Dahlberg – Fonte: Adaptado de DAHLBERG, 1978.....	50
Figura 3 – Síntese da estrutura organizacional da UFPA	77
Figura 4 – Síntese da estrutura organizacional da UFPA	78
Figura 5 – Síntese da estrutura organizacional da UFPE	79
Figura 6 – Síntese da estrutura organizacional da UFPB	80
Figura 7 – Síntese da estrutura organizacional da UFMG	81
Figura 8 – Síntese da estrutura organizacional da UFRJ.....	82
Figura 9 – Síntese da estrutura organizacional da UnB	83
Figura 10 – Síntese da estrutura organizacional da UFG	84
Figura 11 – Síntese da estrutura organizacional da UFRGS	85
Figura 12 – Síntese da estrutura organizacional da UFPR	86

Lista de quadros

Quadro 1 – Espécies de características – Fonte: Adaptado de DAHLBERG, 1978.	51
Quadro 2 – Níveis de subordinação das Unidades Acadêmicas das universidades	75
Quadro 3 – Áreas identificadas na CDU	86
Quadro 4 – Áreas identificadas na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq .	87
Quadro 5 - Universidades e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Biblioteconomia.....	88
Quadro 6 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Ciência da Computação.....	89
Quadro 7 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Filosofia.....	90
Quadro 8 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Psicologia.....	90
Quadro 9 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Administração	91
Quadro 10 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Antropologia	92
Quadro 11 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Arquitetura e Urbanismo	92
Quadro 12 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Serviço Social	93
Quadro 13 — Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Ciência Política.....	94

Quadro 14 - Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Comunicação	94
Quadro 15 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Direito.....	95
Quadro 16 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Economia	96
Quadro 17 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Educação	97
Quadro 18 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Estatística	97
Quadro 19 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Geografia	98
Quadro 20 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de História.....	99
Quadro 21 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Sociologia	99
Quadro 22 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Museologia.....	100
Quadro 23 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Turismo	101
Quadro 24 – Inclusão das áreas do conhecimento nas universidades, na CDU e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq	102
Quadro 25 – Classificação das disciplinas nas universidades, na CDU e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq	104
Quadro 26 – Subordinação das áreas do conhecimento	107

Lista de siglas e abreviaturas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDD – Classificação Decimal de Dewey

CDU – Classificação Decimal Universal

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONCLA – Comissão Nacional de Classificação

IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico

ISKO – International Society for Knowledge Organization

KOS – Knowledge Organization System

LC – Library of Congress

OC – Organização do Conhecimento

OI – Organização da Informação

OIC – Organização Intelectual do Conhecimento

OSC – Organização Social do Conhecimento

SOC – Sistemas de Organização do Conhecimento

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UnB – Universidade de Brasília

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

1 Introdução	17
1.1 Problema.....	18
1.2 Questão de pesquisa	20
1.3 Objetivos	20
1.3.1 Objetivo Geral.....	20
1.3.2 Objetivos Específicos.....	20
1.4 Justificativa.....	21
2 Revisão de literatura	23
2.1 Sociologia do conhecimento	23
2. 1.1 Principais abordagens em sociologia do conhecimento	24
2.1.2 Paradigmas da sociologia do conhecimento.....	30
2.2 Teoria da classificação.....	34
2.2.1 Classificações filosóficas	37
2.2.3 Classificações sociais	44
2.3 Teoria do conceito.....	48
2. 4 Organização do conhecimento.....	52
2.4.2 Conceito de Organização do Conhecimento	55
2.4.3 Paradigmas da organização do conhecimento	56
2.4.4 Sistemas de organização do conhecimento	58
2.4.5 Organização intelectual do conhecimento x organização social do conhecimento	62

2.5 Ensino Superior no Brasil.....	64
2.5.1 Breve histórico	64
2.5.2 Reforma universitária.....	65
2.5.3 Universidades	68
2.6 Considerações sobre a Revisão de Literatura	69
3 Metodologia da pesquisa	71
3.1 Caracterização da pesquisa.....	71
3.2 População e amostra de pesquisa	71
3.3 Etapas da pesquisa.....	72
4 Análise dos dados	76
4.1 Estrutura organizacional das universidades.....	76
4.2 Classificação Decimal Universal e áreas do conhecimento do CNPq.....	86
4.3 Análise das áreas do grupo 1.....	88
4.5 Considerações sobre as classificações de áreas nas universidades, na CDU e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq	101
5. Conclusão e Recomendações.....	109
Referências Bibliográficas	112
Apêndice A - Escolha da amostra -Universidades Federais Brasileiras por região.	125
Apêndice B – Universidades x CDU e Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq	127

1 Introdução

A organização do conhecimento é tema pesquisado na área de informação e, nos últimos anos, vem ganhando destaque frente aos desafios colocados pela web. Hjørland (2007c) propõe a divisão da organização do conhecimento em dois tipos: a organização intelectual e a organização social do conhecimento. A primeira segue a linha da divisão científica das áreas do conhecimento de acordo com suas características constitutivas, dentre outras. Nessa linha destaca-se como exemplo a Taxonomia de Lineu (HJORLAND, 2007c). A última leva em consideração os aspectos sociais, políticos e históricos para estabelecer a classificação das áreas do conhecimento. Um exemplo é a organização institucional das unidades acadêmicas em universidades.

Hjørland (2007a) afirma que se nos referimos à disciplina em nossas representações de conhecimento, estamos usando sistemas sociais de Organização do Conhecimento. Como ocorre nas classificações das unidades acadêmicas em universidades. Seguindo esse mesmo princípio proposto pelo autor, a Classificação Decimal Universal e a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq podem ser consideradas classificações sociais do conhecimento.

O objetivo deste trabalho é analisar a organização social do conhecimento em diferentes contextos. Para tanto, analisam-se a distribuição das áreas do conhecimento na organização institucional das universidades federais brasileiras, a divisão das áreas do conhecimento em classes e subclasses da Classificação Decimal Universal CDU e a Tabela das Áreas do Conhecimento do CNPq. Por meio dessa análise, pretende-se identificar aspectos que aproximam ou distanciam essas diferentes visões da realidade e, quem sabe, contribuir, assim, para uma aproximação dessas visões, de maneira a orientar o desenvolvimento de classificações mais condizentes com o contexto acadêmico brasileiro.

Com o objetivo de relatar o percurso dessa pesquisa, este documento estrutura-se da seguinte maneira:

O Capítulo 1 apresenta a delimitação da pesquisa, a definição do problema, a questão de pesquisa, os objetivos geral e específicos e a justificativa da pesquisa.

No Capítulo 2 encontra-se a revisão de literatura. Divide-se em cinco grandes seções: a Seção 2.1 engloba o conceito e as principais abordagens da sociologia do conhecimento e traz uma breve explanação sobre a sociologia do conhecimento científico; a Seção 2.2 abrange a teoria da classificação, seus conceitos e tipos de classificação; a Seção 2.3 apresenta a teoria do conceito; a Seção 2.4 trata da organização do conhecimento, mostra o contexto em que o tema está inserido, além de outros assuntos relacionados. A seção 2.5 traz um panorama da organização institucional do ensino superior no Brasil e discorre sobre um dos objetos deste estudo, as universidades.

O Capítulo 3 discorre sobre a metodologia utilizada na pesquisa, assim como o universo e o escopo que a pesquisa pretende atingir. O Capítulo 4 traz a análise de dados e os resultados da pesquisa. O Capítulo 5 apresenta as conclusões e recomendações.

Por fim, o trabalho traz as referências bibliográficas pesquisadas e utilizadas e dois apêndices. O primeiro com dados das universidades públicas federais brasileiras. O segundo sintetiza informações sobre as áreas do conhecimento existentes na CDU, na tabela de áreas do conhecimento do CNPq e que constam na organização institucional acadêmica das universidades federais selecionadas.

1.1 Problema

Como afirmam Bräscher e Café (2008), a organização do conhecimento (OC) diferencia-se da organização da informação (OI). Enquanto a OI ocupa-se da organização de objetos informacionais, a OC trata da análise de domínios do conhecimento e da organização e sistematização dos conceitos desses domínios. De acordo com Bräscher e Café (2008), estes dois processos (OI e OC) produzem, conseqüentemente, dois tipos distintos de representação: a representação da informação, compreendida como o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional; e a representação do conhecimento, que se constitui numa estrutura conceitual que representa modelos de mundo.

Em se tratando da OC, Hjørland (2007c) propõe dois tipos: a organização social do conhecimento e a organização intelectual do conhecimento. Whitley (1984) apud Hjørland (2007c) explica a diferença:

Organização intelectual das ciências não coincide com a sua organização institucional. Além disso, as relações entre essas camadas de organização certamente variam entre as disciplinas. Enquanto a organização intelectual do conhecimento típica é exibida em taxonomias científicas – tais como o sistema periódico de física e química, ou a hierarquia de Lineu de zoologia e botânica – a organização social pode ser exibida na forma como o conhecimento e é organizada em instituições de ensino superior e pesquisa, na estrutura disciplinar da divisão social do trabalho na sociedade.

Considerando a visão defendida por esses autores, entendemos que a organização institucional acadêmica de universidades é um tipo de organização social do conhecimento. Como é orientada por aspectos sociais, mesmo numa rápida análise da organização institucional das universidades brasileiras, observa-se diferentes maneiras de hierarquizar as áreas do conhecimento. A questão que se coloca diz respeito à forma como os órgãos responsáveis pela definição de políticas e avaliação das universidades brasileiras, incluindo-se as agências de fomento, lidam com essas diferenças.

Outro aspecto que desperta curiosidade diz respeito à organização da informação, tanto em bibliotecas centrais quanto em bibliotecas setoriais, normalmente orientadas por classificações bibliográficas, que, em nossa visão, contemplam aspectos tanto da organização social quanto da organização intelectual do conhecimento.

As representações do conhecimento e, mais especificamente, as estruturas das instituições, decorrem da diversificação de lugares sociais (diversas teorias, em tempos diversos, em razão de objetivos diversos), a partir dos quais sua construção (racional) foi concebida. Segundo Meyer e Rowan (1992), não é somente a localização da organização em um ambiente social mais amplo, com características próprias, que interfere na definição das formas estruturais. O ambiente institucionalizado também leva à incorporação de práticas e à estruturação em função de racionalizações previamente institucionalizadas como as mais adequadas.

Nesse sentido, pode haver certo distanciamento entre a realidade, ou seja, a distribuição das áreas do conhecimento em institutos, departamentos e faculdades das universidades brasileiras e as classificações utilizadas para organização de suas

bibliotecas, como a Classificação Decimal Universal – CDU, e aquelas adotadas por órgãos governamentais que definem políticas e avaliam essas instituições de ensino superior, como a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq.

Sendo assim, nos concentramos em contrapor a visão teórica com a visão prática, numa tentativa de identificar o quanto as classificações analisadas aproxima-se ou distanciam-se. Partimos, então, para as questões de pesquisa expressas a seguir.

1.2 Questão de pesquisa

Quais são as características da Organização Intelectual do Conhecimento (OIC) e da Organização Social do Conhecimento (OSC)? Na prática, como se apresentam diferentes propostas de organização social do conhecimento? O quanto se aproximam? O quanto se distanciam? Como se apresenta a organização social do conhecimento no contexto das universidades federais brasileiras?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Caracterizar a organização social do conhecimento no contexto das universidades federais brasileiras, a fim de contribuir para o futuro desenvolvimento de classificações de áreas do conhecimento condizentes com a realidade acadêmica brasileira.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar os conceitos de organização social do conhecimento e de organização intelectual do conhecimento, segundo proposto na literatura.
- Descrever e analisar os modelos de organização de um conjunto selecionado de universidades, a fim de compreender a organização do conhecimento no contexto do ambiente acadêmico das universidades federais brasileiras.

- Analisar a organização de áreas do conhecimento na estrutura organizacional dessas universidades e aquela proposta pelas classes zero a três da CDU.
- Analisar a organização social do conhecimento nessas instituições e aquela proposta pela tabela de áreas do conhecimento do CNPq, nas grandes áreas de Ciências Sociais aplicadas e Ciências Humanas.
- Sistematizar as áreas do conhecimento classificadas em Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, segundo a realidade das universidades federais brasileiras.

1.4 Justificativa

A OC – Organização do Conhecimento se configura tema de grande importância para a Ciência da Informação. Tanto que, em 1989, foi criada a *International Society for Knowledge Organization – ISKO*, uma organização internacional cuja missão é promover o avanço conceitual nesta área de estudo.

Segundo Dalhberg (1995), Henry Bliss foi o primeiro pesquisador a utilizar a expressão “Organização do Conhecimento”, inclusive concebendo-a como campo autônomo no sistema das ciências. Assim, os livros *The Organization of Knowledge and the System of Sciences* e *Organization of Knowledge in Libraries and the Subject Approach to Books*, respectivamente publicados em 1929 e em 1933, constituem marcos para a área. Nesta mesma linha, registram-se, ainda, as teses acadêmicas de Dagobert Soergel e da própria Ingetraut Dahlberg, defendidas respectivamente em 1971 e 1973. A primeira tratava da relação da organização do conhecimento com a documentação e a segunda das bases teóricas desta área de estudos (RABELLO; GUIMARÃES, 2006).

Souza (2006) explica que a organização do conhecimento, por sua importância em sistemas de recuperação de informação, sempre mereceu papel de destaque no ensino e na pesquisa na área da Ciência da Informação.

A organização do conhecimento é, realmente, uma questão primordial para o desenvolvimento do país. Vive-se num tempo em que a informação adquiriu um valor estratégico muito grande para ser disponibilizada de forma descentralizada e mal estruturada, tal como vem sendo apresentada na maioria dos ambientes informacionais. (BASTOS, 2005, p. 20).

Segundo estudiosos, a OC se divide em OSC e OIC. Existem muitas pesquisas relacionadas à organização intelectual do conhecimento, entretanto a organização social do conhecimento, principalmente no que diz respeito à organização das universidades, não vem sendo tão estudada.

O estudo de diferentes formas de organização social do conhecimento presentes no contexto acadêmico brasileiro poderá contribuir para retratar como essa forma de organização do conhecimento se dá na prática, identificando semelhanças e diferenças entre as visões acerca do conhecimento humano. A razão para se fazer uma análise da organização das universidades e a CDU é o fato de que a CDU é o sistema de classificação bibliográfica mais utilizado, principalmente por bibliotecas (MOMM; LESSA, 2009, p.143). A relação entre a tabela das áreas do conhecimento e a organização institucional das universidades brasileiras poderá orientar o desenvolvimento de classificações que reflitam a realidade do contexto acadêmico dessas universidades.

2 Revisão de literatura

Abordam-se cinco grandes assuntos nesta revisão de literatura: o conceito e as principais abordagens da sociologia do conhecimento e breve explanação sobre a sociologia do conhecimento científico; a teoria da classificação, seus conceitos e tipos de classificação; a teoria do conceito; a organização do conhecimento; e um panorama do ensino superior no Brasil em especial, as universidades federais brasileiras.

2.1 Sociologia do conhecimento

Desde a antiguidade há uma consciência dos fundamentos sociais dos valores e da concepção do mundo. No entanto foi a partir do iluminismo que esta consciência fortificou-se e se transformou num dos principais temas do moderno pensamento ocidental.

O termo sociologia do conhecimento surge em 1920, a partir de estudos desenvolvidos pelo filósofo alemão Max Scheler, cuja temática, a princípio, não foi muito discutida. Uma das razões que podem ser apontadas é o fato de que, na década de 20, havia uma grande divisão mundial (pós-guerra) e a maioria dos países não se mostrava disposta a pesquisar algo proposto na Alemanha. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 14)

Os termos sociologia e conhecimento recebem na literatura diversas definições e ambos não possuem uma definição aceita por todos os pares. Estudar os processos sociais que originam e formam os chamados fenômenos sociais, culturais, econômicos e, por conseqüência, os processos mentais do conhecimento é tarefa difícil. Por esse motivo, conceituar a sociologia do conhecimento é, ainda, mais complexo, pois ambos os termos que a compõem possuem definições que refletem diferentes visões de pesquisadores da área.

Segundo Spratt (1964), sociologia do conhecimento é a disciplina que se ocupa da maneira pela qual os sistemas de pensamento são condicionados por diferentes fatos sociais. Outra definição aborda a sociologia do conhecimento como

ferramenta passível de utilização pelas ciências preocupadas com o produto observável da mente e sua relação com os fatos sociais (ENCYCLOPEDIA, 1967, p. 475).

Manheim et al (1974) define sociologia do conhecimento como uma disciplina que explora a dependência funcional de cada posição intelectual no grupo social que lhe está subjacente. Para Scheler (2004), sociologia do conhecimento constitui o processo pelo qual se deve estudar a seleção sócio-histórica dos conteúdos ideativos, ficando compreendido que os conteúdos são independentes e, por isso, não é possível fazer uma análise sociológica.

Neste trabalho adota-se a definição de Becker & Dahlke (1942), que afirmam que sociologia do conhecimento é, por um lado, a análise das interrelações funcionais dos processos e estruturas sociais e, por outro, a análise dos padrões de vida intelectual, inclusive dos métodos de conhecimento.

2. 1.1 Principais abordagens em sociologia do conhecimento

As concepções da sociologia do conhecimento contêm algumas implicações gerais para a teoria sociológica e fornecem diferentes perspectivas de diversas áreas específicas do interesse sociológico. Por essa razão, o objetivo dos pesquisadores em sociologia do conhecimento não é o de conceituar a expressão e sim o de identificar suas características e sua influência na sociedade em geral.

O objetivo dos sociólogos do conhecimento é identificar os seguintes aspectos (BARNES, 1977):

- Como se dá o processo pelo qual um novo membro é inserido em uma cultura, ou seja, como é treinado e educado.
- Como as instituições e autoridades específicas são encarregadas de desenvolver essa tarefa em casos particulares.
- Como se dão os mecanismos pelos quais a cultura é mantida relativamente estável e, portanto, disponível para uso.

A fim de estudar tais aspectos, ao longo do tempo, vários pesquisadores desenvolveram métodos de abordagem do tema. As principais abordagens em

sociologia do conhecimento utilizadas na maioria dos trabalhos atuais são as desenvolvidas por Marx, Nietzsche, Scheler e Mannheim.

Antes de Scheler outros intelectuais estudaram o impacto dos fatores sociais na organização da sociedade. Os antecedentes intelectuais imediatos da sociologia do conhecimento são três criações do pensamento alemão do Século XIX: o pensamento marxista, o nietzschiano e o historicista.

Marx, em seus estudos, declara que a consciência do homem é determinada por seu ser social. Ao definir os conceitos de infraestrutura e superestrutura ele adiciona dois conceitos-chave para a sociologia do conhecimento. A infraestrutura constitui-se essencialmente por forças e relações de produção, enquanto na superestrutura figuram as instituições jurídicas e políticas, ao mesmo tempo em que as maneiras de pensar, as ideologias e as filosofias (ARON, 2003, p. 47).

Além desses, a sociologia do conhecimento também herdou de Marx alguns conceitos-chaves, como o conceito de ideologia (ideias que servem de armas para interesses sociais) e de falsa consciência (pensamento alienado do ser social real do pensador). Segundo Rouanet (1990), as formulações de Marx sobre a falsa consciência, presentes desde seus primeiros trabalhos, são frutos de seu esforço em procurar explorar “um outro elemento” até então inexplorado pelos filósofos da consciência, elemento este que seria a vida social.

A definição de falsa consciência não foi suficientemente desenvolvida nos trabalhos de Marx, mas figura proeminentemente na carta de Friedrich Engels a Franz Mehring em 1893, dez anos após a morte de Marx:

...nos escritos de Marx e nos meus, não surge, como regra, suficientemente destacada e em relação ao qual somos culpados ambos, em igual medida. Com efeito, ambos colocamos o peso principal, em primeiro lugar, na dedução das representações políticas, jurídicas e todas as outras noções ideológicas e, assim também, dos atos intermediados por essas representações, a partir dos fatos econômicos fundamentais, sendo que assim tivemos de fazer. Nisso, negligenciamos, então, o lado formal, i.e. : o modo e a maneira segundo os quais emergem essas representações etc., em favor do lado conteduístico. Isso concedeu, pois, aos nossos adversários um pretexto bem-vindo para mal-entendidos ou desfigurações... A ideologia é um processo executado, em verdade, conscientemente pelo assim chamado pensador, porém com falsa consciência. As forças propulsoras efetivas que o movimentam permanecem-lhe desconhecidas. Caso contrário, isso não se trataria, precisamente, de um processo ideológico. O pensador em causa imagina, portanto, forças propulsoras falsas ou aparentes. Por se tratar de um processo intelectual, ele deduz tanto o conteúdo quanto a forma desse processo a partir do pensamento puro, seja a partir do seu próprio pensamento, seja a partir daquele de seu precursor.

Trabalha com o puro material do pensamento que aceita, indiscriminadamente, como produzido pelo pensamento, não investigando, adicionalmente, pelo contrário, uma origem mais remota, independente do pensamento. E, na realidade, isso lhe surge mesmo como algo evidente, dado que todo o agir - porque intermediado pelo pensamento - parece-lhe fundado, igualmente, em última instância, no pensamento. O ideólogo da história (o histórico deve significar aqui, de modo simplesmente resumido, o político, o jurídico, o filosófico, o teológico, em suma : todos os domínios que pertencem à sociedade – e não meramente à natureza) – o ideólogo da história possui, portanto, em cada domínio científico, um material que se formou autonomamente a partir do pensamento de gerações precedentes e percorreu uma série própria e autônoma de desenvolvimento no cérebro dessas gerações que se seguiram umas às outras. (ENGELS, 1893, p. 1)

Para Marx, a ideologia representa uma forma de falsa consciência, nesta concepção, as ideias dos homens sobre a realidade seriam resultados da moral, da religião, dos sistemas filosóficos, dos sistemas político-econômicos nos quais tais indivíduos estão inseridos (AZEREDO, 2001).

Segundo o autor supracitado, Marx afirma que o conceito de falsa consciência é equivalente à ilusão, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Para o filósofo, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica em ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se exerce através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes da sociedade.

Pode-se fazer um paralelo entre a falsa consciência e a alegoria da caverna de Platão. Nesse trabalho Platão conta a história de seres humanos aprisionados em uma caverna. Eles estão algemados de uma forma que não podem se mexer. A única coisa que veem são as sombras de estatuetas ao serem transportadas. A caverna é o mundo que se vê, junto com seus pré-conceitos, paradigmas e dogmatismos. Dentro desse contexto percebe-se a essência da falsa consciência; para essas pessoas o mundo era aquilo que viam e com isso criavam seu mundo. Quando se vive por uma ideologia, tudo o que é visto é visto por meio do que se acredita. Com isso cria-se uma realidade moldada segundo as ideias das classes dominantes.

Marx trabalha com um arcabouço de um modelo simples de desenvolvimento, segundo o qual qualquer estrutura social particular pressupõe uma estrutura antecedente, como sua condição necessária e, por sua vez, é condição necessária para um estágio posterior de desenvolvimento que a ela se seguisse (ELIAS, 2008, p. 529).

Nietzsche também participa da composição dos fundamentos da sociologia do conhecimento e acrescenta novas perspectivas sobre o pensamento humano. Desenvolve sua própria teoria da “falsa consciência” ao analisar alguns conceitos por ele elaborados, como o da significação social do engano e do autoengano, na qual afirma ser a ilusão uma condição necessária para a sobrevivência. A sociologia do conhecimento é explicada por Nietzsche como a reprodução do que o próprio autor chamaria de a “arte da desconfiança” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 19).

Outro pensamento alemão anterior à sociologia do conhecimento foi o historicismo. Seu principal pesquisador foi Wilhelm Dilthey, um conhecido filósofo, pedagogo e psicólogo alemão. Dilthey insere a concepção do necessário enquadramento histórico do pensamento humano, ou seja, da situação social e histórica do pensamento. O historicismo consiste no ponto de vista de que a evolução da humanidade segue um enredo e que, se conseguirmos descobrir esse enredo, teremos uma chave para o nosso futuro (POPPER, 1982, p. 392). A suposição do historicismo é a de que é possível trasladar o espírito de uma época e assim pensar com seus próprios conceitos e representações e não com os conceitos vigentes, forçando-se assim a objetividade histórica (SANTOS, 2002).

Em geral, as teorias sociológicas contemporâneas do conhecimento abandonam as suposições especulativas de Marx e suas implicações sobre o desenvolvimento das sociedades, substituindo-as por um tipo de conhecimento científico e não ideológico da sociedade (ELIAS, 2008, p. 530). Elas vão além e rejeitam não apenas o modelo de desenvolvimento social de Marx, mas abandonam inteiramente o conceito de desenvolvimento de sociedade, isto é, o de uma mudança estruturada de longo prazo em uma direção específica. As novas teorias recorrem, ao contrário, ao conceito de mudança social proveniente dos historiadores, segundo o qual essa mudança seria essencialmente sem estrutura.

Foi Max Scheler quem forjou o termo sociologia do conhecimento. O eixo central de seu pensamento estabelece não apenas a distinção, mas também a interdependência entre o caráter dos valores e sua realização material. A lei sobre a qual funda sua teoria do conhecimento social, ou seja, sua sociologia do conhecimento se baseia na noção de interdependência entre o real (instintivo) e o ideal (espiritual) na produção dos fatos sociais (MATHEUS, 2002).

Em seus estudos Scheler (2004) analisa como o conhecimento ordena-se na sociedade, e conclui que essa ordem, embora relativa à determinada situação política e social aparece como um modo natural de conceber o mundo. Esse conceito ainda hoje é considerado como central na sociologia do conhecimento e recebeu o nome de “concepção do mundo relativa e natural” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 21). Constitui mérito de Scheler a tentativa de integrar a sociologia do conhecimento a uma visão filosófica do mundo, resultando em um esboço sistemático e grandioso, cheio de profundas intuições (MANNHEIM, 1967 APUD MATHEUS, 2002).

Após a inserção do termo sociologia do conhecimento entre os pares, Karl Mannheim iniciou suas pesquisas na área, obtendo mais aceitação do que Scheler uma vez que em suas obras o confronto com o marxismo era mais evidente. Para Mannheim a sociologia do conhecimento tem a missão de buscar o desenvolvimento de uma teoria que envolva a relevância dos fatores condicionantes não teóricos sobre o pensamento. Além disso, deveria também definir critérios capazes de explicar o relacionamento entre pensamento e ação. A sociologia, enquanto teoria, procura analisar a relação entre conhecimento e existência; enquanto a pesquisa histórico-sociológica busca traçar formas tomadas por esta relação no desenvolvimento intelectual (MACHADO NETO, 1979, p.101).

O processo histórico-social é de essencial importância para a maioria dos domínios do conhecimento e apóia-se no fato de que podemos observar, quanto à maioria das afirmações concretas dos seres humanos, quando e onde elas surgiram, quando e onde foram formuladas (MANNHEIN, 1974).

No caso de Mannheim, o conceito de situação de grupo como determinante principal de ideias estava menos restrito do que o de classes sociais e seus interesses econômicos – eram estendidos, a princípio, a situações de grupos de todos os tipos, incluindo o de uma profissão ou o de uma inteligência (ELIAS, 2008, p. 517).

Mannheim enfatiza que:

(...) pertencemos a um grupo, não apenas porque nascemos nele, nem porque professamos pertencer a ele, nem finalmente porque lhe oferecemos nossa lealdade e lhe prestamos nosso pleito de fidelidade, mas primeiramente porque vemos o mundo e certas coisas do mundo da mesma maneira pela qual eles os veem (isto é,

em função das significações do grupo em apreço) cada conceito, cada significado concreto é resultante das experiências de um determinado grupo. Em qualquer definição todo conteúdo substancial, toda avaliação não mais suscetível de merecer um consenso sofre uma reinterpretação em termos funcionais. (MANNHEIM, 1950 apud LOWY, 2002, p. 87).

Mannheim até hoje é conhecido como o pesquisador que apresentou a sociologia do conhecimento como disciplina acadêmica, principalmente por fazer crítica ao conceito de ideologia de Marx.

O sociólogo americano que mais pesquisou o tema foi Robert Merton. Em seus estudos buscou integrar a abordagem da sociologia do conhecimento com a da teoria funcional estrutural (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 24). Ele se baseou na obra de Mannheim, mas suas pesquisas tinham uma contribuição dos trabalhos de Durkheim e Sorokin.

Outro pesquisador destacado foi Werner Stark ao dizer que a tarefa da sociologia do conhecimento consiste em estudar sistematicamente as condições sociais do conhecimento. Stark está provavelmente mais perto de Scheler que de Mannheim na compreensão da relação entre as ideias e seu contexto social (BERGER; LUCKMANN, 2011).

Em 1966 Peter Berger e Thomas Luckmann iniciaram estudos acerca da sociologia do conhecimento. Para eles a tarefa da sociologia do conhecimento era compreender a realidade da sociedade e exigiam a investigação da maneira pela qual esta realidade é construída (BERGER; LUCKMANN, 2011).

Depois dos autores citados surgiram outros estudiosos no assunto, que realizaram pesquisas mais expositivas e menos teóricas, dentre outros podem ser citados Parsons, Mills e Geiger.

Pesquisadores de outras áreas também tiveram interesse pelo tema. Destacam-se nessa empreitada, Claude Lévi-Strauss (antropologia), Thomas Kuhn (história da ciência) e Michel Foucault (filosofia).

Segundo Machado Neto (1979), alguns brasileiros também contribuíram para a difusão da sociologia do conhecimento, destacam-se Michel Debrun, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Vieira Pinto, Nelson Sodré, dentre outros intelectuais.

Não é pretensão esgotar o tema abordado, considerada a extensão e complexidade do mesmo e também o objetivo a que nos propomos. O propósito desse item foi o de trazer as principais abordagens sobre a sociologia do conhecimento.

Para concluir, dentre as diferentes visões expostas, neste trabalho adota-se a definição de Berger e Luckmann (2011). Eles defendem o ponto de vista de que a sociologia do conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade, assim, em suas explanações, defendem a ideia de que essa ciência deve se ocupar do que é considerado conhecimento na sociedade.

2.1.2 Paradigmas da sociologia do conhecimento

A evolução da moderna filosofia da ciência conduziu ao reconhecimento, mais ou menos generalizado, do problema da incomensurabilidade dos paradigmas científicos, como bem afirma Thomas Kuhn.

Merton (1984) propôs um conjunto de paradigmas para a sociologia do conhecimento. Um esquema de análise para efetuar uma comparação entre as correntes de pesquisa em sociologia da informação, as quais ele denominou de paradigmas da sociologia do conhecimento. O objeto de estudos da sociologia do conhecimento é tudo aquilo reputado por “conhecimento” na sociedade. As linhas de pesquisa para a sociologia do conhecimento desenvolvidas por ele são expressas pelos questionamentos resumidos a seguir (MERTON, 1984):

Onde se situam as bases existenciais dos produtos mentais?

- Bases sociais: posição social, classe, geração, papel ocupacional, modo de produção, estruturas de grupo (universidade, burocracia, academias, seitas, partido político), “situação histórica”, interesses, sociedade, filiação étnica, mobilidade social, estrutura de poder, processos sociais (competição, conflito).
- Bases culturais: valores, ethos, “clima de opinião”, tipo de cultura, mentalidade cultural, visão do mundo etc.

Quais são os produtos mentais?

- esferas de: crenças morais, ideologias, ideias, categorias de pensamento, filosofia, crenças religiosas, normas sociais, ciências positivas, tecnologia etc.
- aspectos analisados: sua seleção, nível de abstração, conteúdos conceituais, modelos de verificação, objetivos da atividade intelectual.

Relação entre produtos mentais e bases existenciais:

- Relações causais ou funcionais;
- Relações simbólicas, expressivas ou orgânicas;
- Termos ambíguos para designar as relações.

Funções latentes e manifestas atribuídas aos produtos mentais

- para manter poder, promover estabilidade, facilitar orientação ou exploração, ocultar relações sociais efetivas, fornecer motivações, canalizar comportamentos, desviar críticas etc.

Quando se evidenciam as relações atribuídas à interação entre a base existencial e o conhecimento?

- Teorias historicistas;
- Teorias analíticas gerais.

Chalmers (1976) afirma a impossibilidade lógica de se comparar dois paradigmas concorrentes empenhados numa batalha pela resolução da sua superioridade explicativa, isso devido à "falta de fatos teoricamente neutros que possam servir na comparação". A ausência de qualquer sistema de linguagem ou conceito neutro, o uso de evidências nas batalhas, necessariamente, é um dos paradigmas, o que torna impossível resolver esse dilema utilizando critérios somente científicos.

Como os membros que defendem diferentes paradigmas nem mesmo concordam sobre os problemas a serem resolvidos como as teorias, conceitos e experiências de um paradigma diferente é encontrada no relacionamento com respeito ao outro, Kuhn passa a afirmar que a concorrência entre candidato é "o tipo de batalha que pode ser resolvido através de provas" (KUHN, 1962).

Indiscutivelmente, esta incapacidade de avaliar os paradigmas de fora do seu próprio quadro, impedindo a comparação e escolha entre eles, é realizada sob critérios racionais, em última análise devido à existência de um conjunto de

pressupostos básicos, não-demonstráveis no centro de qualquer teoria científica (MOLERO-SIMARRO, 2010).

Segundo Edgar Morin (1991), as teorias científicas são "um sistema de idéias", ou seja, uma constelação de conceitos associados com a solidariedade, cujos vínculos são estabelecidos pela lógica por axiomas, postulados e princípios da organização subjacente, quais sejam:

- a existência, no núcleo de um "ponto cego" de suposições improváveis e princípios ocultos que provoca a incapacidade do sistema para realizar uma revisão em seus axiomas e princípios próprios.
- a melhoria das avaliações externas, as tentativas de provas de refutação são baseadas na capitalização e tomam forma a partir de sua coerência interna própria lógica.
- eliminação de tudo o que tende a se incomodar com o desenvolvimento destes dispositivos de dados imunológicos ou apenas uma ideia que questiona a sua integridade.
- autocentrismo da natureza, isto é, uma tendência a estar no centro do seu universo; ortodoxa, a se comportar de acordo com suas próprias regras, e ortodoxos, para tentar ocupar todo o campo somente a verdade.

O autor supracitado discorre que:

Isso explica o fato de que qualquer sistema de idéias tende a se fechar em si mesmo, por meio do desenvolvimento de duas tendências intrínsecas à sua natureza: a predisposição à "racionalização" que envolve a integração "à força, do real" à lógica do sistema; à disposição "idealista" que envolve a absorção de si mesmo, pelo sistema, "a realidade que nomeia, designa, descreve, explica", ou seja, a aquisição "real" do que seja a idéia. (MORIN, 1991, p.56)

A preocupação em construir uma ciência livre de valores e objetiva surge como intento a princípio factível nas ciências naturais. Já nas ciências sociais, em contrapartida, há o problema da ideologia.

A dificuldade fundamental epistemológica das ciências humanas vem dela ser sujeito e objeto, e se agrava pelo fato de que o objeto, por sua vez, está consciente – dotado de fala e de vários símbolos – de modo que a objetividade e a

descentralização das suas condições anteriores são muito mais difíceis e muitas vezes limitadas. (LAZARSELD, MACKENZIE E PIAGET 1970, p. 67).

Considerou-se que o conhecimento científico não derivava da aplicação imparcial de claros critérios técnicos de adequação, mas de fatores tais como os recursos retóricos dos praticantes e suas adesões socialmente negociadas. A observação cuidadosa de cientistas trabalhando parecia mostrar que o conhecimento científico não é uma representação objetiva e imparcial de um mundo natural independente, mas, pelo contrário, uma criação ativa e comprometida desse mundo no transcorrer da interação social. As conclusões da ciência são formulações socialmente contingentes que foram consideradas adequadas por grupos específicos em determinadas situações culturais e sociais. [...] (MULKAY, 1997, apud ODDONE, 2007, p. 744).

Molero-Simarro (2010) explica que o objeto das ciências sociais evolui e que se pode assumir três tipos de posicionamentos relacionados a isso:

- ignorar esse fato e propor uma visão específica e universal da natureza humana por deduzir que as leis regem de modo social e intemporal;
- estabelecer leis e conceitos históricos, enquanto ciência que transcende as leis que definem o que explica a mudança ou movimento de um estágio histórico para outro;
- supor que nas ciências sociais, os conceitos têm um caráter histórico e tendem a ser dominados por novas interpretações de uma forma inter-relacionada com a evolução da sociedade.

A Sociologia do Conhecimento está diretamente ligada à classificação social, pois é por meio de seu estudo que se pode definir um modelo de classificação social e, conseqüentemente, a organização social do conhecimento.

Nesta pesquisa adotamos o conceito proposto por Becker & Dahlke (1942). Para esses autores o objeto de estudo da Sociologia do Conhecimento é a inter-relação entre processos e estruturas sociais. Quanto se desenvolve uma classificação um dos pontos levados em consideração é a inter-relação entre o objeto a ser classificado e a área do conhecimento.

Disso pode-se fazer um paralelo entre processos-objeto e estruturas sociais-área do conhecimento. A área do conhecimento, assim como a estrutura social, já existe e o processo ou objeto deverá se adaptar à estrutura existente. Para que isso

aconteça é necessário analisar os conceitos e introduzi-los numa realidade pré-existente, ou seja, classificá-los em uma área do conhecimento.

Para entender um pouco mais sobre princípios que norteiam a classificação das áreas do conhecimento, a seção a seguir aborda essa temática, com foco nas classificações bibliográficas.

2.2 Teoria da classificação

O ato de classificar é inerente ao ser humano, pois desde seu nascimento ele já começa a classificar tudo o que vê. A princípio classifica as coisas por cores; por formato, por serem boas ou ruins, grandes ou pequenas. Classificação significa a ação e efeito de classificar, e classificar significa ordenar e dispor em classes (FERREIRA; FERREIRA; SILVEIRA, 2010).

Segundo Araújo (2006), classificação é a formação metódica e sistemática de grupos, a ação organizadora de ordenar um determinado conjunto de seres ou coisas em agrupamentos menores, a partir de características semelhantes compartilhadas por alguns (que os incluem dentro de determinado grupo) e não compartilhada pelos demais (que não pertencem a esse grupo).

A norma ISO TR 14177 (1994) define classificação como o conjunto de conceitos organizados sistematicamente de acordo com critérios ou características escolhidas.

Miranda (2009) define classificação como um processo mental pelo qual coisas, seres ou pensamentos, são reunidos segundo suas características, semelhanças e diferenças. Brown (1916) define também classificação como processo mental porque é uma ação constantemente executada de forma consciente e inconsciente por qualquer ser humano, ainda que não reconhecido como tal, ou seja, um ato instintivo.

Em resumo, classificação é um processo mental por meio do qual podemos distinguir coisas, seres ou pensamentos pelas suas semelhanças ou diferenças, para assim estabelecer as suas relações e agrupá-las em classes de acordo com essas relações.

Na Library and Information Science (LIS), o termo “classificação” é usado para se referir a três conceitos distintos, mas relacionados: um sistema de classes, ordenadas de acordo com um conjunto pré-determinado de princípios, e usadas para organizar um conjunto de entidades; um grupo de classes em um sistema de classificação; e o processo de atribuição de entidades a classes em um sistema de classificação.

Assim, o resultado de uma classificação é uma rede ou estrutura de relacionamentos aplicáveis a qualquer área do conhecimento (POMBO, 2002).

Para agrupar coisas, semelhantes ou não, é preciso haver um elemento que sirva de parâmetro para comparações. Esse elemento chama-se característica, elemento constitutivo formador do conceito. Analisar um objeto, um referente, significa identificar nele suas propriedades. Num grau de abstração, do referente para o conceito, dizemos que as propriedades dos referentes correspondem às características do conceito, ou seja, um atributo predicável do objeto no nível conceitual. Dalbergh (1978) divide as características em simples. Quando se referem a uma única propriedade, ou complexas, as quais se referem a duas ou mais propriedades.

Segundo Apostel (1963) apud Pombo (2002) há cinco características gerais de toda classificação real:

- cada classificação tem por trás um determinado mecanismo classificador que executa, melhor ou pior, as operações necessárias à classificação;
- cada classificação persegue uma sistemática multiplicidade de fins que, em última análise, vão determinar a sua estrutura;
- cada classificação exerce-se sobre um domínio da realidade cujas estruturas internas tornam mais ou menos fácil as operações necessárias à classificação;
- cada classificação se constrói no contexto das classificações precedentes do mesmo domínio, ou seja, há uma inexorável historicidade das classificações ao longo da qual os domínios

classificados podem ser modificados, as divisões podem ser completadas, novos critérios de classificação podem ser acrescentados; e

- para cada classificação existe um produto externo da atividade classificadora que se apresenta uma árvore genealógica menos regular, isto é, toda a classificação supõe uma dupla operação: o estabelecimento de equivalências entre classes do espaço classificatório global; o estabelecimento de hierarquias entre subclasses no interior das classes previamente estabelecidas.

Perelman (1963) apud Pombo (2002) distingue dois tipos fundamentais de classificações: as dicotomias, baseadas na presença ou ausência de uma determinada propriedade e as classificações baseadas numa propriedade qualificada como diferença específica.

Ainda segundo Perelman (1963), as dicotomias seriam as "classificações logicamente mais satisfatórias" uma vez que nelas o espaço classificatório, isto é, o conjunto dos objetos a classificar, é sucessivamente dividido em dois subconjuntos simultaneamente exclusivos e exaustivos. As pessoas, por exemplo, podem ser classificadas relativamente ao sexo ou estado civil.

A árvore de Porfírio ilustra esse tipo de classificação. Constitui-se como um conjunto hierárquico finito de gêneros e espécies, que funciona por dicotomias sucessivas, de acordo com o seguinte esquema (POMBO, 2002):

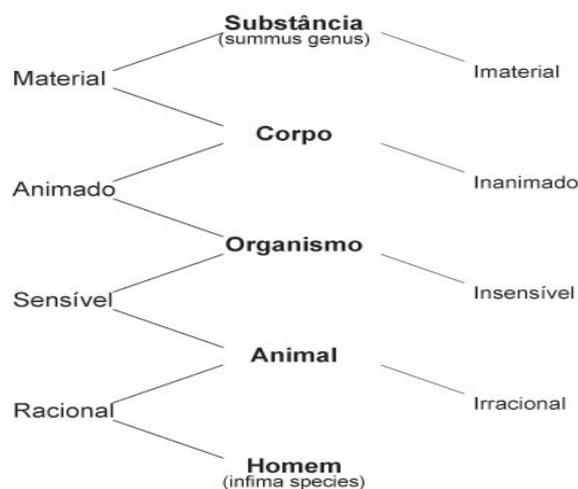


Figura 1 – Árvore de Porfírio – Fonte: POMBO, 2002

A classificação de Porfírio, assim como a de Bacon são classificações filosóficas. Aquelas propostas por Dewey e Ranganathan são classificações bibliográficas. Seguem algumas considerações sobre essas duas abordagens distintas.

2.2.1 Classificações filosóficas

As classificações filosóficas foram criadas com o intuito de definir, esquematizar e organizar o conhecimento. Essas classificações surgiram como campos do conhecimento desenvolvidos e organizados principalmente de acordo com as diferentes habilidades naturais do ser humano, o que significa que segmentavam a realidade em disciplinas fundamentais. (ANJOS, 2008).

O primeiro filósofo a se preocupar com a classificação das coisas foi Platão, que dividiu o conhecimento em física, ética e lógica. Aristóteles por sua vez dividiu as coisas em dois tipos (divisão dicotômica) e o conhecimento em três (divisão tricotômica). Classificou as ciências em teóricas, práticas e poéticas.

Porfírio, aplicando o princípio da oposição de Platão e Aristóteles, apresentou uma classificação dicotômica, chamada Árvore de Porfírio, composta de uma estrutura hierárquica de tipos.

Entre as classificações filosóficas, a mais importante para a biblioteconomia foi a desenvolvida por Francis Bacon, pois influenciou a criação de várias classificações bibliográficas. Foi sua adaptação ao sistema decimal, em 1876 por Melvil Dewey, que o estabeleceu definitivamente como uma das mais fortes influências na classificação bibliográfica. Bacon dividiu as ciências, conforme as faculdades humanas, em memória, imaginação e razão. (BARBOSA, 1969)

No século XIX ainda surgiram filósofos preocupados com a classificação das ciências como Descartes, Hobbes e Locke. Nesse mesmo século notabilizaram-se também outros filósofos estudiosos da classificação, porém suas teorias eram fundamentas na natureza dos fenômenos, tais como Bentham, Coleridge, Hegel, Ampère, Comte, Stuart Mill, Spencer e Wundt.

Comte dividiu as ciências em abstratas e concretas. Seu ponto de partida são as ciências mais simples, abstratas e independentes, para as mais complexas e dependentes, dividindo-as em: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia (BARBOSA, 1969).

Wundt apresentou a seguinte classificação: ciências formais (que tratam de relações abstratas); ciências reais; ciências da natureza fenomenológicas, genéticas, sistemáticas; ciências do espírito; fenomenológicas, genéticas e sistemáticas. As ciências fenomenológicas investigam o fenômeno em si e são voltadas à natureza (física, química, fisiologia) e ao espírito (psicologia). As sistemáticas investigam a natureza e são embasadas na natureza (mineralogia, botânica, zoologia) e no espírito (direito, política, economia). As genéticas observam a cronologia, geologia e história. (BARBOSA, 1969).

2.2.2 Classificações bibliográficas

As classificações bibliográficas objetivam organizar o conhecimento de maneira mais prática do que as classificações filosóficas. Dentre os vários tipos de classificação existentes, alguns partiram de conceitos filosóficos, cuja meta era definir e hierarquizar o conhecimento.

Tomando por base suas finalidades, os sistemas de classificações bibliográficas também podem ser divididos em: a) gerais – quando abrangem todos os ramos do conhecimento humano, como o de Dewey, a CDU; b) especializados – quando englobam um determinado ramo do conhecimento, tal como a Engenharia, a Educação física, ou quando se relacionam a um determinado tipo de material, isto é, CDs, dispositivos, filmes, mapas, entre outros. (BARBOSA, 1969).

2.2.2.1 Classificação Decimal de Dewey (CDD)

Foi idealizada por Melvil Dewey, bibliotecário norte-americano, no ano de 1873. Em inglês é conhecida como Dewey Decimal Classification (DDC) e em português CDD. É atualmente o sistema de classificação mais utilizado no mundo, em geral utilizado em bibliotecas públicas e escolares ao redor do mundo.

Dewey estudou as classificações do conhecimento feitas em Aristóteles, Bacon, Locke e outros filósofos. Confessou assim ter sofrido influência das classificações de Natale Battezzati e Jacob Schwartz (1879). (PIEIDADE, 1983).

Ao examinar as classes principais da classificação de Dewey, nota-se que são as mesmas de W. T. Harris, aperfeiçoadas e ampliadas. A CDD é dividida em dez classes principais que correspondem às grandes áreas do conhecimento.

Piedade (1983, p. 89) explica a ordem das classes principais de Dewey:

O homem começou a pensar e a procurar uma explicação para sua existência, e assim surgiu a Filosofia; incapaz de desvendar o mistério imaginou a existência de um ser supremo que o havia criado, surge a Religião; multiplicando-se o homem passa a viver em sociedade e vêm as Ciências Sociais; sente necessidade de se comunicar com os companheiros e cria as línguas; passa então a investigar os segredos da natureza e temos as Ciências Puras; de posse destes conhecimentos procura deles tirar proveito, aparecendo as Ciências Aplicadas; e, agora, já se sentindo capaz de criar, dá origem às Artes e à Literatura; finalmente encontramos a História que conta como tudo se passou.

Assim a classificação de Dewey é composta das seguintes classes:

000 Ciência da computação, informação e temas gerais

100 Filosofia e psicologia

200 Religião

300 Ciências sociais

400 Línguas

500 Ciências

600 Tecnologias

700 Arte e entretenimento

800 Literatura

900 História e geografia

Cada uma destas classes principais é dividida em nove classes menores, resultando em 100 divisões. Cada classe menor, por sua vez, se divide em 9 seções.

A CDD possui também 6 tabelas auxiliares a saber:

1. Subdivisões padrão (dicionários, periódicos, pesquisas)
2. Áreas, períodos históricos, pessoas
3. Artes e formas de literatura
4. Línguas individuais
5. Etnia e grupos étnicos
6. Idiomas

A notação decimal possibilitou a subdivisão de assuntos do geral até o mais específico, por meio de uma perspectiva hierárquica. Quanto mais longa for a notação, maior será a especificidade do assunto representado. O desenvolvimento é ilimitado e os princípios de divisão parecem provir da lógica, da tradição e da prática (CARLAN, 2010, p. 58).

2.2.2.2. Classificação Decimal Universal (CDU)

É uma classificação documentária, nascida em 1892. Foi idealizada pelo advogado Paul Otlet e pelo professor Henri La Fontaine. Na ocasião os belgas estavam incumbidos de compilar um repertório universal de bibliografia. Utilizaram para tal a Classificação Decimal de Dewey, entretanto encontraram dificuldades, pois o sistema de Dewey não possui a flexibilidade necessária para assuntos compostos.

Com a autorização de Dewey, foram acrescentados ao seu sistema sinais e símbolos, a fim de se obter notações minuciosas. O sistema de Dewey foi totalmente reescrito e recebeu o nome de Manuel du Répertoire Bibliographique Universel. Em 1933 foi lançada outra edição, já com o título de Classificação Decimal Universal (CDU). (BARBOSA, 1969).

Para representar o conhecimento, a CDU configura-se como linguagem de indexação e recuperação da informação, que abrange praticamente todos os assuntos e que pode ser utilizada em acervos que lidam com qualquer tipo de

suporte documental (MOMM, 2009). Para Silva & Ganim (1994), a CDU é um sistema de conceitos hierarquicamente estruturados em grandes classes, destinado à classificação do conhecimento e dos suportes físicos de seu registro.

Além disso, é uma classificação que apresenta quatro características estruturais: a decimalidade, a universalidade, a estrutura hierárquica e a síntese dos contrários, representados pelos sistemas rigorosamente enumerativos (SILVA; GANIN, 1994, p. 8).

i. Decimalidade:

As tabelas principais são arranjadas em 10 classes. Na CDU é possível classificar um documento com certo detalhamento. As classes principais, que representam os conceitos contidos nas dez classes da CDU, são:

- 0 generalidades
- 1 Filosofia
- 2 Religião
- 3 Ciências Sociais
- 4 Classe vaga
- 5 Ciências Puras
- 6 Ciências Aplicadas
- 7 Artes
- 8 Literatura
- 9 Geografia, Biografia e História

Cada uma destas classes é dividida em 10 subclasses. A extensão do número indica o grau de detalhamento. Cada grupo divide-se num processo teoricamente infinito, até se atingir o nível de detalhamento requerido ou satisfatório (SILVA; GANIN, 1994, p. 9).

ii. Universalidade: engloba todos os tipos de documentos; além disso, emprega símbolos (numéricos e não-numéricos) de conhecimento e emprego unívocos em todos os contextos culturais (SILVA; GANAN, 1994, p. 9).

iii. Caráter hierárquico: a CDU é uma classificação enumerativa, mas com um pouco de facetação (facetas); sua estrutura é hierárquica, na qual o conhecimento é dividido em dez classes e suas subclasses em dez, e assim sucessivamente. As tabelas são divididas hierarquicamente, com a hierarquia numérica refletindo na conceitual. (SOUZA, 2004, p. 26).

iv. Caráter analítico-sintético: É uma classificação por aspectos, ou seja, um assunto é classificado segundo o contexto em que se acha inserido. Isso quer dizer que um determinado assunto pode ser encontrado em mais de um lugar, como por exemplo, o termo “carvão”, dependendo de seu contexto, pode ser classificado ou na área de petrologia ou na de mineração. Usa símbolos de ligação que permitem as correlações dos assuntos (BARBOSA, 1969).

Quanto à sua constituição, a CDU é composta de um conjunto de dez classes principais de categorias do conhecimento, a que se acrescentam dois grupos distintos de subdivisões auxiliares: comuns e especiais, mais um índice alfabético relativos aos conceitos compreendidos pelas tabelas principais e auxiliares (SILVA, GANIN, 1994, p. 4).

2.2.2.3 Classificação da Library of Congress (LC)

O sistema de classificação da Library of Congress é o sistema utilitarista mais conhecido no mundo (PIEDADE, 1983). Sua estrutura não segue qualquer base científica, pois suas classes foram escolhidas de forma arbitrária de modo que atendessem as necessidades da própria biblioteca.

A princípio, o acervo da LC era organizado segundo o formato dos livros, até 1814, quando aconteceu um incêndio em seu prédio e com isso seu acervo foi perdido. Por esse motivo, foi adquirida a coleção de livros de Thomas Jefferson a qual estava organizada seguindo os princípios da classificação de Bacon.

Com o aumento do acervo, surgiu a necessidade de um novo arranjo e, depois do planejamento, cada classe foi entregue a um especialista. Suas atualizações são realizadas conforme expansão da coleção, e cada classe é publicada independente das demais.

A classificação da LC é dividida em vinte e uma classes, de A a Z; cada uma identificada por um letra única do alfabeto. A maioria dessas classes alfabéticas subdivide-se em subclasses mais específicas, identificadas por duas letras ou, ocasionalmente, três letras e respectivas combinações. Sua notação é mista, constituída de letras maiúsculas e minúsculas.

2.2.2.4 Classificação de dois pontos

O matemático indiano Shiyili Ramamrita Ranganathan foi o criador da classificação de dois pontos. Em 1924 foi nomeado bibliotecário na Universidade de Madras (Índia), onde participou de palestras sobre classificação.

A partir deste momento, Ranganathan foi formulando ideias sobre o assunto e desenvolveu seu próprio esquema de classificação. Ele desenvolveu a teoria de análise de facetas, demonstrando que análise e síntese se aplicam a qualquer classe básica e poderiam ser sistematizadas; desenvolveu, também, sua própria terminologia (FOSKETT, 1973).

O diferencial do sistema classificatório proposto por Ranganathan é a utilização de uma estrutura dinâmica, multidimensional, com a introdução do termo faceta “que ficou sendo, nos modernos estudos sobre teoria da classificação, o substituto de característica” (BARBOSA, 1969, p. 16).

Uma das principais características de seu esquema de classificação é a síntese de assuntos. O número de classificação que representa um assunto complexo é obtido pela reunião dos elementos notacionais que representam assuntos mais simples (LANCASTER, 2004).

Ranganathan formulou cinco categorias fundamentais: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo. Havia também toda uma forma de reunir estas categorias de forma que, no final da composição, se chegasse a um conceito

representado pela reunião de categorias ou características. Por se afigurar um tipo de classificação pouco simplificador a classificação de dois pontos é pouco usada, mas exerceu efeitos nas práticas da classificação.

Após o desenvolvimento da teoria de Ranganathan foram criados outros sistemas de organização do conhecimento bibliográficos especiais para atender às demandas de áreas específicas do conhecimento.

2.2.3 Classificações sociais

As organizações sociais (divisões de tarefas, ocupação do espaço) tendem a ser retraduzidas em sistemas de classificações. Por outro lado, os sistemas de classificação tendem a se estender a todas as esferas da vida social – o que significa, pois, que existe uma lógica de retroação entre os padrões culturais e a sociedade. A eficácia dos sistemas de classificação social se dá em razão do fato de estas carregarem a pressão que os coletivos sociais exercem sobre os seus membros (ARAÚJO, 2006).

Encontramos inúmeros exemplos de classificações inscritas e atuantes nos mais variados domínios das relações sociais, tal como se nos apresentam no cotidiano. Basta pensar na maneira como as pessoas tratam umas às outras, ou se referem a terceiros, atribuindo estatutos de superioridade ou inferioridade social, considerando umas distintas e outras vulgares, umas sérias e outras desonestas, umas competentes e outras incapazes, umas merecedoras de mais respeito e outras de menos, e por aí afora (COSTA, 1997/98, p. 66).

Langridge (1977, p.11), analisando o cotidiano de um casal fictício, enfatiza os inúmeros atos de classificação que cada pessoa realiza ao longo de sua vida, concluindo que “o fato de que a maioria das pessoas não percebe o quanto classifica é meramente um indício da natureza fundamental do processo de classificação”.

Furner et al. (2006) trazem um conceito de classificação social e já o explicam em uma ótica mais atual, ligando-o a conceitos novos como a folksonomia.

Classificação social é um rótulo conveniente genérico que pode ser usado para se referir a qualquer um de uma série de processos, em geral relacionado pelo qual os recursos em uma coleção são classificados por várias pessoas ao longo de um período em curso, com o resultado potencial que qualquer dado recurso virá ser representado por um conjunto de etiquetas ou descritores que foram geradas por diferentes pessoas. Os processos específicos em questão incluem a indexação,

codificação, marcação, anotação e descrição dos tipos que podem ser caracterizadas como colaboração, cooperação, distribuído, dinâmico, baseado na comunidade, folksonomia, wikificado, democrática, atribuído pelo usuário, ou usuário em geral.

Estudos de Andersen (2006) apud Fernandes (2006) apontam para a importância de se agregar enfoques históricos, educacionais, culturais e sociais do conhecimento às questões tradicionais da área de organização e representação no contexto da recuperação de informação.

Um exemplo de classificação social é a desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2000, o IBGE criou a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), essa comissão foi instituída com o intuito de desenvolver um conjunto de classificações estatísticas que serão usadas no sistema estatístico e nos cadastros administrativos do País.

Até o momento foram apresentadas 11 classificações, cada uma foi desenvolvida de acordo com uma área coberta pelo IBGE, são elas: atividades econômicas, produtos, organização jurídica, despesas de acordo com a função, ocupação, posição na ocupação, educação, saúde, meio ambiente, código de áreas e uso do tempo. Dentre estas classificações destacam-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, a Tabela de Natureza Jurídica, a Classificação Brasileira de Ocupações e a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, por serem as classificações melhor estruturadas e utilizadas aquém do IBGE.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) se ocupa das classificações de atividades econômicas as quais

são construídas para organizar as informações das unidades de produção, com o objetivo de produzir estatísticas dos fenômenos derivados da participação dessas unidades no processo econômico. Servem para classificar as unidades de produção de acordo com a atividade que desenvolvem, em categorias definidas como segmentos homogêneos quanto à similaridade de funções produtivas (insumos, tecnologia, processos), características dos bens e serviços, finalidade de uso, etc. As classificações de atividades econômicas são, portanto, o sistema de linguagem usado na divulgação de dados e no processamento de estatísticas sobre fenômenos econômicos. (IBGE, 2007, p. 14).

A CNAE é uma classificação estruturada de forma hierarquizada em cinco níveis, com 21 seções, 87 divisões, 285 grupos, 673 classes e 1301 subclasses. Além disso, a classificação possui mais 21 categorias de assuntos.

A tabela de natureza jurídica é uma classificação na área de direitos e afins. Ela é organizada segundo cinco grandes categorias: Administração pública; Entidades empresariais; Entidades sem fins lucrativos; Pessoas físicas e Organizações internacionais; e outras instituições extraterritoriais.

A Classificação Brasileira de Ocupações descreve e ordena as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada que permite agregar as informações referentes à força de trabalho, segundo características ocupacionais que dizem respeito à natureza da força de e ao conteúdo do trabalho. (IBGE, 2011).

A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde é uma classificação desenvolvida com o intuito de padronizar e catalogar as doenças e problemas relacionados à saúde, tendo como referência a Nomenclatura Internacional de Doenças, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde.

Todas essas classificações apresentam uma estrutura muito parecida com a Classificação Decimal Universal. Todas as categorias possuem um número de classificação assim como na CDU. As categorias se dividem em classes e algumas se dividem também em subclasses também.

Outro exemplo de classificação social é a Tabela das áreas do conhecimento do CNPq. Essa tabela está dividida em grandes áreas:

1. Ciências Exatas e da Terra
2. Ciências Biológicas
3. Engenharias
4. Ciências da Saúde
5. Ciências Agrárias
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Humanas
8. Lingüística, Letras e Artes
9. Outros

Em junho de 2011 foi publicada no Diário Oficial da União, a portaria 83/2011 que cria mais quatro áreas do conhecimento, são elas:

- Biodiversidade
- Ciências Ambientais
- Ensino
- Nutrição

Esta classificação possui uma hierarquia em quatro níveis (CAPES, 2009):

1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos.

2º nível - Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.

3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.

4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas.

Ao analisar todas as classificações sociais citadas percebe-se que elas podem ser bastante simplistas, como aquelas dicotômicas que separam as pessoas em ricos e pobres, a música em boa ou ruim, os políticos em “de direita” ou “de esquerda” (ARAÚJO, 2006, p. 119). Por se tratar de uma classificação contextual não há uma classificação padrão. Para se desenvolver uma classificação social deve-se levar em conta o contexto em que tal divisão se encontra, bem como o período, as condições econômicas, políticas e sociais em que a mesma está inserida. A classificação é mutável e dinâmica e se estende por toda posição social.

A classificação pode ser percebida como fenômeno social, por representar uma ação instintiva do ser humano e, sendo ação constitutiva das sociedades, pode ser designada de classificação social. Como ação espontânea, apresenta como característica principal sua natureza automatizada, ou seja, sem problematização.

Esta classificação caracteriza-se ainda por apresentar modelos de relacionamentos que geram mapas cognitivos da sociedade, não reflexivos e na maioria das vezes não verbalizados (COSTA, 1998 apud ARAÚJO, 2005, p. 59-60).

O autor adverte:

Não se deve pensar, contudo, que exista apenas um sistema de classificação social em vigor na sociedade – o que ocorre é a convivência de alguns sistemas mais consensuais e outros menos. Os sistemas sociais possuem categorias e subcategorias, o que revela uma gradação entre as distinções. Os rótulos e identificações atribuídos por elas são mutáveis, dinâmicos, conforme a atuação dos grupos sobre as categorias com que se classificam.

Ao se desenvolver uma classificação – seja ela filosófica, bibliográfica ou social – é importante conhecer como os conceitos se desenvolvem, definir suas características, e por fim, definir em que grupo ele se encaixa. Por esta razão é importante conhecer alguns pontos importantes da teoria do conceito. A seguir algumas considerações a respeito da teoria do conceito. Traz a definição de termos como conceito e características. Explana sobre a formação de conceitos e mostra os tipos de relação que pode haver entre eles.

Para que compreendamos melhor a organização social do conhecimento é essencial entender o que vem a ser conceito e como este se forma. O conceito é o elemento que define onde determinado objeto ou fenômeno da realidade se encaixa numa classificação.

2.3 Teoria do conceito

A teoria do conceito permite a construção de sistemas conceituais, o que torna possível definir o conceito por meio de suas características. Por sua vez, a identificação das características (análise conceitual) de um conceito facilita seu entendimento porque essas identificam as relações entre os conceitos. Portanto, tal metodologia viabiliza uma fundamentação sólida para a determinação e o

entendimento dos conceitos, assim denominados, com a finalidade de representação e recuperação da informação (CARLAN, 2010).

Ao se classificar um conjunto de objetos, o primeiro ponto que se leva em consideração são as características. Na organização social do conhecimento isso não é diferente. Para se classificar e posteriormente organizar, por exemplo, uma universidade leva-se em consideração características como o campo de estudo, o contexto de tal disciplina, a estrutura do curso, o local de estudo, dentre outras características. Diante disso teremos a seguir alguns aspectos importantes sobre o termo “conceito”.

Dahlberg (1978) define conceito como a unidade de conhecimento identificada pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto que, por meio de sinais linguísticos, pode ser comunicado.

Desde que nascemos, adquirimos o hábito de pensar por meio de conceitos, pois associamos os objetos às suas características e damos nomes a eles. As verdades sobre determinado objeto são chamadas de predicados, e os elementos caracterizados são designados como objetos.

A comunicação destes conceitos se realiza por meio de linguagens, entendidas como todo e qualquer sistema de signos que sirvam como meio de comunicação de ideias ou sentimentos por de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc. Tais signos são perceptíveis pelos diversos órgãos dos sentidos, o que leva à distinção de vários tipos de linguagem: visual, auditiva, tátil etc.

As linguagens podem, ainda, ser caracterizadas como aquelas utilizadas na comunicação diária, ou linguagens formalizadas (artificiais ou especiais), como, por exemplo, a linguagem da química, matemática, sistemas de classificação etc.

Segundo a norma da terminologia, conceito é a unidade de pensamento constituída por abstração a partir de propriedades comuns atribuídas a um objeto ou a uma classe de objetos e que pode ser expressa por um termo ((ISO 704, 2000).

Para Dahlberg (1978), os conceitos são unidades do conhecimento, identificadas por enunciados verdadeiros sobre um item de referência e

representadas por uma forma verbal. A formação dos conceitos é a síntese dos predicados verdadeiros necessários a respeito de determinado objeto. É a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. (DAHLBERG, 1978).

Para Lima (2003, p. 2):

O processo mental da formação do conceito se dá através de uma linha de pensamento que leva à elaboração do conhecimento, passando por um processo de assimilação da informação pelo cérebro, transformando-a. Após essa elaboração mental, baseada no conhecimento prévio do indivíduo, a unidade de informação se transforma em uma unidade conceitual que é representada por um termo [forma verbal], o qual possui um único significado, geralmente expresso por símbolos e palavras, com o objetivo de comunicação. Conceitos e categorias são temas centrais de estudo dentro da área de ciência da informação, sendo a base para a organização e para a representação do conhecimento.

Um indivíduo, ao olhar um referente (objeto), irá, a partir de seus conhecimentos prévios – memória e experiências anteriores – atribuir características (conceitos) a esse referente. (BRUZINGA; MACULAN; LIMA, 2007). A partir disso, é dado ao objeto um nome, o qual será conhecido, denominado. A combinação de um conjunto único de características é representada numa linguagem de especialidade por uma designação [denominação], (isto é, um termo, um nome próprio ou símbolo). (ISO 704, 2002).

Dahlberg (1978) representa essa dinâmica na seguinte figura:

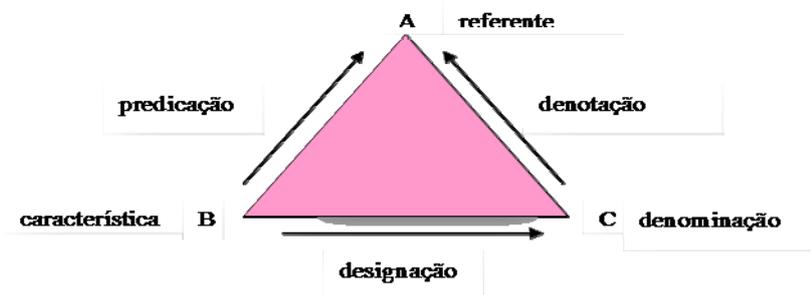


Figura 2 – Triângulo de Dahlberg – Fonte: Adaptado de DAHLBERG, 1978.

Neste triângulo a autora traz o referente (A) representado pelo objeto que será conceituado; a ele serão atribuídas características (B) – que são os predicados verdadeiros do objeto e, também o termo pelo qual ele será denominado, conhecido.

Quando se trata de característica de um objeto é importante observar o contexto em que ele se acha inserido, pois, dependendo da área em que ele se encontra, poderá receber conceitos diferentes. Por exemplo, o termo taxonomia, na biologia é conceituado como a ciência que classifica os seres vivos; já para ciência da informação, segundo Terra et al (2004) pode ser definida como um vocabulário controlado de determinada área do conhecimento e, acima de tudo, um instrumento ou elemento de estrutura que permite alocar, recuperar e comunicar informações dentro de um sistema, de maneira lógica.

Quando objetos similares ou, ocasionalmente, objetos singulares, são vistos como unidades significativas dentro de um ramo do conhecimento, as propriedades de um objeto (ou comuns a um conjunto de objetos) são abstraídas como características, as quais são combinadas como um conjunto na formação de um conceito. As características são constantemente combinadas para criar conceitos, embora diferentemente em diversas culturas, campos ou escolas de pensamento. (ISO 704, 2002).

Para Dahlberg (1978) as funções das características dos conceitos são: ordenação classificatória dos conceitos e respectivos índices; definição dos conceitos; formação dos nomes dos conceitos.

Os conceitos podem possuir uma ou mais características. As características que possuem apenas uma propriedade são denominadas característica simples e as que possuem duas ou mais são denominadas características complexas. Existem alguns tipos de características simples, conforme mostra o quadro abaixo. As características complexas são formadas por duas ou mais espécies de características. (DAHLBERG, 1978)

Quadro 1 – Espécies de características – Fonte: Adaptado de DAHLBERG, 1978.

Espécies de características	Exemplo
Matéria (substância)	Ser de madeira, de metal, de couro.
Qualidade	Possuir determinada estrutura, determinada forma (ser redondo, ser denso, ser colorido).
Relação	Ser o dobro, ser mais largo.
Processo (atividade)	Começar, continuar, terminar, realizar.

Modo de ser	Estar em pé, sentado, voando.
Passividade	Ser cortado, pressionado
Processo (atividade)	Começar, continuar, terminar, realizar.
Posição	Estar em cima, embaixo, ao lado.
Localização (lugar)	Estar em São Paulo.
Tempo	Fevereiro de 1971

Além desta divisão, as características também podem ser divididas em características essenciais (necessárias) ou acidentais (adicionais) (DAHLBERG, 1978)

- Essenciais: fazem, necessariamente, parte do referente, sem elas não podemos identificá-lo. Ex.: possui penas, asas e bico
- Acidentais: adicionam elementos complementares à descrição. Ex.: aquática

A escolha de uma ou outra característica, em cada área específica, terá como resultado diferentes arranjos das realidades a classificar e, conseqüentemente, a constituição de diferentes classificações. (TRISTÃO, FACHIN, ALARCON, 2004, p. 163).

2. 4 Organização do conhecimento

Antes de discutir a organização do conhecimento fez-se necessário definir o que é conhecimento; o que nos leva a abordar a diferenciação entre dados e informação e conhecimento para que se possa melhor entender sua natureza, formação e origem.

Urdaneta (1992) apud Leite (2006) mostrou as particularidades entre categorias de “informação”, seriam elas: dado, informação, conhecimento e inteligência. Essa abordagem de níveis hierárquicos da informação ou da pirâmide informacional é comumente utilizada na ciência da informação, especialmente em

estudos voltados para a gestão da informação e do conhecimento (LEITE, 2006, p. 30).

Quando se trata do termo dados, fala-se de registros ou fatos em estado bruto. Isso engloba um conjunto de coisas fora de um contexto que, por si só, não gera qualquer informação relevante. Por exemplo, o número 2 por si só significa um número, mas pode representar a quantidade de carros de uma casa ou de horas que alguém leva para chegar ao trabalho. Para Beal (2004) dados podem ser entendidos como registros ou fatos em sua forma primária; quando organizados ou combinados dentro de um contexto se transformam em uma informação.

Da mesma forma existem vários estudos direcionados ao conceito e uso de informação. McGee e Prusak (1994) afirmam que informação consiste em dados coletados, organizados, orientados, aos quais atribuímos significados e contextos. Já em uma ótica mais voltada para comunicação, Wiener (1970) conceitua informação como um termo que designa o conteúdo daquilo que permutamos com o mundo exterior ao nos ajustar a ele.

Valentim (2002) cita em seu artigo alguns conceitos de informação, de diferentes autores:

Wurman entende que esse termo só pode ser aplicado "àquilo que leva à compreensão (...) O que constitui informação para uma pessoa pode não passar de dados para outra" (1995, p. 43). Páez Urdaneta também descreve o conceito de informação como dados ou matéria informacional relacionada ou estruturada de maneira potencialmente significativa (apud Ponjuán Dante, 1998, p. 3). Da mesma maneira, Miranda conceitua informação como sendo "dados organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisão" (1999, p. 285).

Segundo Setzer (1999), informação é uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação.

Barreto (2002, p. 12) considera a informação como "[...] um instrumento modificador da consciência e da sociedade como um todo [...] qualificada como um instrumento codificador da consciência do homem e de seu grupo [...] deixando de ser uma medida de organização para se tornar a organização em si."

Em muitas definições percebe-se no termo conhecimento um quase sinônimo do termo informação, mas existe diferença entre esses conceitos.

Lastres e Albagli (1999) apud Valentim (2002) discorrem sobre essa divergência:

Informação e conhecimento estão correlacionados, mas não são sinônimos. Também é necessário distinguir dois tipos de conhecimentos: os conhecimentos codificáveis – que, transformados em informações, podem ser reproduzidos, estocados, transferidos, adquiridos, comercializados etc. – e os conhecimentos tácitos. Para estes a transformação em sinais ou códigos é extremamente difícil já que sua natureza está associada a processos de aprendizado, totalmente dependentes de contextos e formas de interação sociais específicas.

Barreto (2002, p. 72) também corrobora com essa visão, ao considerar o conhecimento como o “destino da informação organizada em estruturas mentais, por meio das quais um sujeito assimila a ‘coisa’ informação”.

Estes conceitos acham-se muito ligados, pois a informação é um agente modificador da consciência do homem e de seu grupo social. O conhecimento resulta desse agente modificador. A construção do conhecimento não surge diretamente ligada apenas à informação, mas também à realidade de quem recebe a informação e do contexto social no qual o mesmo se encontra inserido.

Segundo Setzer (1999), conhecimento é uma abstração interior, pessoal, de alguma coisa experimentada por alguém. Nessa definição Setzer explica que o conhecimento é algo único, intransferível, o resultado de seu processo mental.

Manuel apud Vizcaya Alonso (2003) o conceitua como o processo em virtude do qual a realidade se reflete e se produz no pensamento humano. Este processo está condicionado por leis do dever social e se encontra indissolúvelmente unido à atividade prática.

Dentro desta lógica, pode-se concluir que conhecimento resulta da união da informação e do contexto social e mental, bem como de valores individuais de quem recebe a informação.

Em um ensaio apresentado nos anais do primeiro encontro da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), na Espanha, Dalbergh (1995) define conhecimento como a certeza subjetiva e objetivamente conclusiva da existência de um fato ou estado de caso. Explica que o conhecimento é intransferível e somente pode ser adquirido por alguém através de seu próprio modo de pensar.

2.4.2 Conceito de Organização do Conhecimento

Para abordar teoricamente a organização do conhecimento (OC) enquanto área de estudo, destaca-se a definição de García Marco (1995, p. 219), que considera a organização do conhecimento como:

[...] área dedicada ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas da planificação, construção, gestão, uso e avaliação de sistema de descrição, catalogação, ordenação, classificação, testemunhar, conservar e transmitir seu saber e seus atos, a partir de conteúdo, com o fim de garantir sua conversão em informação capaz de gerar novo conhecimento. Na mesma linha, Hjørland (2003) reconhece que, para a comunidade da Ciência da Informação, a Organização do Conhecimento significa a organização de registros bibliográficos, incluindo índices de citação e registros de textos completos, entre outros.

Dahlberg (2006) a define como a ciência de estruturação e organização sistemática de unidades de conhecimento (conceitos) de acordo com seus elementos de conhecimento inerente (características) e a aplicação de conceitos e classes de conceitos ordenados por esse caminho para a atribuição do conteúdo de valor dos referentes (objetos / sujeitos) de todos os tipos. Esses sistemas armazenam, tratam e recuperam documentos criados e preservados pela humanidade para testemunhar seus atos e transmitir seus conhecimentos, garantindo sua conversão em informação capaz de gerar novo conhecimento (Miranda, 2009).

Para Anderson (1996) apud Hjørland (2007c) organização do conhecimento é:

descrição dos documentos, do seu conteúdo, características e propósitos, e a organização dessas descrições, de modo a tornar esses documentos e suas partes acessíveis às pessoas que procuram, ou ainda as mensagens que eles contêm. Organização do conhecimento abrange qualquer tipo e método de indexação, resumos, catalogação, classificação, gerenciamento de registros, bibliografia e na criação de bases de dados textuais ou bibliográficos para a recuperação da informação.

A OC pode ser entendida, então, como “representação ordenada do conhecimento para alcançar propósitos específicos”, sendo o propósito “o fator dominante para a escolha de um método de descrição, formalização e representação do conhecimento”. (CHERNYI, 1997).

Para Bräscher e Café (2008, p. 8), a organização do conhecimento é:

o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num

determinado domínio, bem como as suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional.

A OC constitui uma disciplina científico-aplicada que objetiva melhorar a circulação da informação dentro e através de sistemas mediadores – os centros de seleção, armazenamento, recuperação e difusão da informação – para produzir novo conhecimento e facilitar o acesso ao existente. (GARCÍA MARCO, 1995, p. 100)

Segundo Hjørland (2007c), em uma perspectiva pragmática e sócio-cognitiva, a OC, no âmbito da Ciência da Informação, é um conceito amplo que tem como significado, particularmente, a organização da informação em registros bibliográficos, incluindo índices de citação, texto completo e Internet. Para o autor citado, esta organização é feita de modo a facilitar o uso de documentos ou o conhecimento registrado.

Hjørland (2007c) também lembra que o conceito da Organização do Conhecimento é muito amplo, pois este se encontra envolvido com a divisão social do trabalho (disciplinas), as instituições sociais (universidades), as linguagens e sistemas simbólicos, os sistemas conceituais e teóricos, e ainda, com as literaturas e gêneros.

2.4.3 Paradigmas da organização do conhecimento

Garcia Marco (1995), em seu ensaio, cita o conceito khuniano de paradigma, o qual determina paradigma como um modelo, um método ou um padrão plenamente aceito pela comunidade científica, que serve de base para as gerações posteriores praticantes de uma determinada ciência (KUHN, 2001). Garcia Marco (1995) apresenta sete paradigmas para a organização do conhecimento, são eles:

- **Conservacionista:** consiste na primeira etapa da OC. O foco era desenvolver técnicas para assegurar a conservação do documento. O acesso ao conhecimento era restrito a um pequeno grupo social e dava ênfase à preservação.
- **Fisicalista-informacional:** foca a transmissão da mensagem/informação através das tecnologias da informação

- Semiótico-linguístico: engloba algumas pesquisas sobre a linguagem e códigos que regem a comunicação humana. Até hoje são realizadas pesquisas ligando a área da lingüística à de ciência da informação, isso é observado principalmente no que concerne às investigações sobre conceitos.
- Lógico-matemático: embarca pesquisas matemáticas voltadas à representação e organização automática do conhecimento, pretende resolver o problema da aquisição, processamento e representação do conhecimento.
- Cognitivo: oferece um modelo que integra o processo de comunicação com os condicionantes sociais da comunicação. Proporciona uma ferramenta para conectar o sistema de informação em seu conjunto com o corpo social, e permite elaborar explicações e modelos preditivos sobre o comportamento dos usuários concretos. (Garcia Marco, 1995, p. 106).
- Econômico e empresarial: centrado em modelos de gestão.
- Social: voltado para análise das necessidades e tipos de usuários
- Histórico: enfatiza a história da organização do conhecimento

Alguns pesquisadores delimitaram o objeto de estudo da organização do conhecimento, são eles:

- Epistemologia, matemática, sistema teórico-cognitivo, científico e pressupostos teóricos, bem como o contexto histórico;
- Elementos e estruturas de sistemas de conceitos;
- Metodologia de conservação, construção e revisão;
- Metodologia de classificação e indexação;
- Universais existentes;

- Taxonomias especiais e sistemas de informação;
- Áreas de influência: lingüística, terminologia;
- Indexação de todos os tipos de documentos e assuntos;
- Periferia: trabalho individual, centros, sociedades, países, regiões internacionais, educação, economia, usuário entre outros.

2.4.4 Sistemas de organização do conhecimento

Para que se possa organizar o conhecimento, estudiosos desenvolveram sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas estabelecidas entre eles; a estes sistemas denominaram Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

Segundo Hjørland (2007b), sistemas de organização do conhecimento é o termo geral usado para designar as ferramentas usadas para representar a informação organizada em estruturas do conhecimento.

O termo *knowledge organization systems* (KOS) foi criado pelo *Networked Knowledge Organization Systems Working Group* em 1998 na *ACM Digital Libraries Conference* em Pittsburgh, Pensilvânia, para englobar sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, tesouros, redes semânticas e ontologias.

Hodge (2000) conceitua SOC como:

O termo sistema de organização do conhecimento destina-se a conceituar todos os tipos de esquemas de organização da informação e promover o gerenciamento do conhecimento. Sistemas de organização do conhecimento incluem classificação e esquemas de categorização que organizem materiais em um nível geral, lista de cabeçalhos de assuntos que provenham um acesso mais detalhado, e arquivos de autoridades para controle de versões de variantes de informação tais como nomes geográficos e nomes individuais. Sistemas de organização do conhecimento também incluem vocabulários estruturados como tesouros, e esquemas menos tradicionais como redes semânticas e ontologias. Os sistemas de organização do conhecimento por serem mecanismo para organizar a informação, eles são o coração de qualquer biblioteca, museu e arquivo.

Para a *Library and Information Science* (LIS), trata-se de um processo de organização do conhecimento e do ato de resumir, catalogar, classificar. O conceito de sistemas de organização do conhecimento abrange, portanto, processos na sociedade e estes devem ser considerados como as organizações educacionais por representar as publicações científicas e as divisões sociais de trabalho em sociedade.

Como exemplos de sistemas de organização do conhecimento podem ser citados os tesouros, ontologias, esquemas de classificação, mapas conceituais, hipertexto, folksonomia, dentre outros. Trataremos resumidamente de alguns destes a seguir.

2.4.4.1 Taxonomia

O termo taxonomia é largamente encontrado na literatura sobre gerenciamento do conhecimento e tecnologia da informação. Ele se liga de maneira direta a outros termos, como a ontologia e o tesouros, pois todos estes têm como principal função a representação do conhecimento.

Graef (2000) define taxonomia como estruturas que estruturam formas de classificar coisas – organismos vivos, produtos, livros – dentro de uma série de grupos hierárquicos, facilitando desta maneira a localização, estudo ou identificação de uma dada informação.

Já Terra et al (2004) definem taxonomia como um vocabulário controlado de uma determinada área do conhecimento e, acima de tudo, um instrumento ou elemento de estrutura que permite alocar, recuperar e comunicar informações dentro de um sistema, de maneira lógica.

2.4.4.2 Ontologia

A palavra ontologia, etimologicamente, tem origem nos termos gregos ontos (ser), e logos (discurso escrito ou falado). Os dicionários definem ontologia como a “Ciência do ser em geral, ou parte da metafísica que estuda o ser em geral e suas propriedades transcendentais” (MICHAELIS, 1995).

O termo ontologia ganhou novo significado na área de representação do conhecimento. Nesse contexto, ontologia se refere a arquivos ou documentos que estabelecem formalmente relações entre termos e conceitos. Segundo o sítio Web Semantic¹, uma ontologia constitui uma especificação de uma conceitualização. Designa, portanto, o propósito de possibilitar o compartilhamento e reuso de conhecimentos, de forma a criar ‘compromissos ontológicos’, ou definições necessárias à criação de um vocabulário comum”. O grande propósito do uso da ontologia é o de permitir o desenvolvimento de linguagens e tecnologias que tornem a informação legível tanto para máquinas quanto para humanos.

Na Ciência da Informação uma das definições mais citadas para ontologia é a de Gruber (1996) apud Pereira, Pinto & Burnham (2005):

Uma ontologia é uma especificação explícita de uma conceitualização. O termo é tomado por empréstimo da filosofia, onde uma ontologia é um relato sistemático da Existência. Para sistemas baseados em conhecimento, o que ‘existe’ é exatamente aquilo que pode ser representado. Quando o conhecimento de um domínio é representado em um formalismo declarativo, o conjunto de objetos que podem ser representados é chamado o universo do discurso. Este conjunto de objetos, e as relações formalizadas entre eles, são refletidas no vocabulário representativo com o qual um programa baseado em conhecimento representa conhecimento. Portanto, nós podemos descrever a ontologia de um programa através da definição de um conjunto de termos representativos. Em tal ontologia, definições associam os nomes de entidades no universo do discurso (e.g. classes, relações, funções ou outros objetos) com texto legível para humanos, descrevendo o que os nomes significam e axiomas formais que restringem a interpretação e o uso bem formado destes termos.

Nas áreas de estudo da Filosofia, a Ontologia surge como a área que estuda a natureza do ser e a existência dos entes. Na Ciência da Computação, Ontologia é um modelo abstrato de dados que representa um conjunto de conceitos de um determinado domínio e suas relações.

As ontologias são elaboradas a partir da definição das categorias para os elementos existentes de um mesmo domínio. As ontologias mais simples descrevem uma hierarquia de conceitos organizados por relacionamentos de subordinação. Nas mais sofisticadas, axiomas são adicionados para expressar outros relacionamentos entre os conceitos e para restringir a interpretação pretendida (COSTA, 2005).

¹ <http://semanticweb.org>

2.4.4.3 Tesouro

Segundo a UNESCO, tesouro é um vocabulário controlado de linguagem de indexação, formalmente organizado através de relações entre conceitos (por exemplo, como “largo” e “estreito”) feitas explicitamente. Para Motta (1987) apud Tristão, Fachin & Alarcon (2004) tesouro é um vocabulário de termos relacionados genérica e semanticamente de determinada área do conhecimento.

Os tesouros surgiram para traduzir o conteúdo de documentos com termos controlados e, com isso, permitir a recuperação da informação. Eles são estruturados como um sistema de conceitos em que os termos de uma área de assunto são inter-relacionados, não havendo conceitos isolados, pois estes sempre estarão relacionados com pelo menos um outro.

Quanto à estrutura os tesouros se organizam através das relações de equivalência (sinônimos), relação hierárquica (gênero /espécie ou todo /parte) e relação associativa.

2.4.4.4 Folksonomia

Muito se fala no termo folksonomia nos últimos tempos e há várias pesquisas a seu respeito. Esse termo surgiu da junção do termo “folk” (povo) e do termo taxonomia. Alguns chegam a denominá-lo, de maneira mais simplista, de a “taxonomia do povo”, pois são os próprios produtores/consumidores da informação que a estruturam. Neste tipo de representação os usuários usam seu próprio vocabulário para dar significado a um documento, ou seja, utilizam uma linguagem natural.

Para Wal (2006), autor do termo, folksonomia é o resultado da atribuição livre e pessoal de etiquetas (tagging) a informações ou objetos (qualquer coisa com URL), visando sua recuperação.

Nessa definição observam-se alguns elementos e características da folksonomia. Uns dos principais elementos da folksonomia são as etiquetas (tags), denominação dada aos termos atribuídos pelos usuários a certos objetos. Essa ação de atribuir recebe o nome de etiquetagem, na qual os usuários indexam os textos,

vídeos, fotos, dentre outros recursos da web utilizando uma indexação livre em linguagem natural. Os conteúdos são indexados livremente pelos usuários do recurso, podendo representar assuntos ou quaisquer outros elementos de metadados tais como tipo ou formato (CATARINO; BAPTISTA, 2007).

2.4.5 Organização intelectual do conhecimento x organização social do conhecimento

Para Hjørland (2007c), a OC, na perspectiva teórica, envolve dois tipos de organização que podem ser inter-relacionadas: organização intelectual do conhecimento e organização social do conhecimento.

A OIC consiste em descrições e representações de partes do mundo (HJØRLAND, 2007c). É preocupada em como a realidade está estruturada. Neste tipo de organização encaixam-se a tabela periódica e taxonomia em ciências naturais.

A OSC consiste na organização em profissões, acordos e disciplinas. Se nos referimos à disciplina em nossas representações de conhecimento, estamos usando sistemas sociais de Organização do Conhecimento. Nisso se encaixam as classificações feitas nas unidades acadêmicas das universidades.

A organização intelectual baseia-se em argumentos teóricos e empíricos, enquanto que os sistemas de organização social são fundamentados nas questões históricas e sociológicas.

Para que seja feita essa classificação – ou seja, a definição de onde cada área se encaixa dentro das grandes áreas do conhecimento – levam-se em consideração diversos aspectos, como o local onde a universidade se encontra o contexto político, social, econômico, dentre outros. Existem, portanto, diversas variáveis que tornam a organização social de uma universidade diferente da organização de outra.

Hjørland (2007c) explica a diferença entre esses dois tipos de organização:

a forma como as disciplinas são organizadas nas universidades é um exemplo de organização social. Por exemplo, a psicologia passou das humanidades às ciências

sociais na Universidade de Copenhague em 2002. Esta é uma mudança da organização administrativa e social de disciplinas na Universidade de Copenhague. Conceitos como "humanas" e "Ciências Sociais" são difíceis de entender, sem considerar a sua constituição social. A organização social do conhecimento não está apenas preocupada com a forma como as disciplinas são organizadas em superestruturas, mas também como eles são organizados em sub-disciplinas, se, por exemplo, a psicologia social é uma parte da psicologia ou de uma parte da sociologia (ou outras possibilidades). Na Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI), podemos perguntar se recuperação da informação (RI) é uma parte da CI, uma parte da Ciência da Computação ou se CI e ciência da computação tem tanto de RI quanto subdisciplinas (e, em seguida, se forem distintos ou se formarem um campo interdisciplinar em que não há diferença entre a parte LIS e a parte do computador). E recentemente também tem sido discutido se os estudos do Internet é um novo campo. A forma como os elementos químicos são classificados no sistema periódico é, por outro lado, um intelectual "organização" do conhecimento. Teorias de cientistas e modelos da realidade, quer químicos, astronômicos, biológicos ou culturais, são exemplos de classificações intelectuais ou organizações intelectuais do conhecimento. A organização intelectual do conhecimento também podem ser denominados modelos ontológicos: eles são modelos, teorias, observações das conclusões de como uma parte da realidade está estruturada. Os exemplos mais importantes da organização intelectual do conhecimento é provavelmente o sistema periódico dos elementos químicos e sistemática biológica.

Na organização social do conhecimento se descreve a organização sócio-política dos produtores, intermediários e usuários da informação na sociedade e, portanto, descreve-se a existência de diversos sistemas de informação encontrada na sociedade (ANDERSEN; SKOUVIG, 2006). Quanto à posição ideológica, cada uma das esferas da sociedade produz e utiliza diferentes tipos de organização que moldam e são moldadas por suas necessidades comunicativas. Isso implica que a esfera à qual pertencem os gêneros de comunicação determine o seu conteúdo ao apontar como as estruturas sociais e políticas organizam o conhecimento.

A OSC pode ou não corresponder à organização intelectual. A pesquisa pode ou não organizar-se de acordo com alguns modelos de mundo. A Química, por exemplo, pode ser dividida em orgânica e inorgânica. Frequentemente, porém, tal organização se divide em diferentes áreas de aplicação. A relação entre as vertentes é explicada filosoficamente por Hjørland (2007c):

A relação entre a organização social e intelectual do conhecimento está relacionada com a questão do realismo versus construtivismo social. A teoria realista acredita que o cientista descobre estruturas fundamentais, na realidade, e podem dividir-se em conformidade. Construtivistas sociais, por outro lado, acreditam que os modelos e teorias ontológicas refletem os interesses e estruturas sociais, que os modelos de ontologia não refletem a realidade, mas apenas um construto que é formado por interesse social. (tradução nossa).

Enfim, segundo Hjørland (2007c), a OIC se contrapõe à OSC. A primeira se refere à organização do conhecimento com bases inerentes ao próprio conhecimento, ou seja, à área, enquanto a segunda se refere à organização do

conhecimento – categorização das disciplinas, por exemplo – feita de acordo com interesses institucionais e acadêmicos. Tal diferenciação ainda é muito tênue, por esta razão é importante o aprofundamento das discussões.

2.5 Ensino Superior no Brasil

2.5.1 Breve histórico

Até o século XIX o Brasil não possuía qualquer instituição de ensino superior. Alunos em busca do nível universitário deveriam se deslocar até Portugal onde costumavam frequentar a Universidade de Coimbra. Enquanto isso, no Brasil, o ensino superior foi confiado à Companhia de Jesus, administrada pelos jesuítas. De acordo com Coelho e Volpato apud Teixeira (1999), o ensino superior no Brasil pode ser considerado um caso atípico no contexto latino-americano, pois enquanto a Espanha propagou universidades pelas suas colônias, Portugal deixou o Brasil atrelado às universidades da metrópole: Coimbra e Évora.

Como a chegada da família real, em 1808, a população brasileira reclamou a criação de universidades, mas, no lugar de universidades, foram criados cursos como o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. Durante o período da Regência surgiram mais dois cursos de Direito: um em Olinda, na região nordeste, e outro em São Paulo, no Sudeste. Foram abertas nessa época, também, as primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito e Politécnica – que eram independentes entre si e localizadas em cidades importantes. Possuíam uma orientação profissional bastante elitista. (OLIVEN, 2002)

No período imperial, apesar das várias propostas apresentadas, não foi criada uma universidade no Brasil. Isto talvez se deva ao alto conceito da Universidade de Coimbra, o que dificultava a sua substituição por uma instituição do jovem país. (OLIVEN, 2002, p. 31).

Somente no século XX as universidades começaram a surgir no Brasil. Foram criadas, entre 1909-1912, três universidades consideradas universidades passageiras: a Universidade de Manaus, fundada em 1909, sobreviveu onze anos; a

Universidade de São Paulo, criada em 19 de novembro de 1911, durou até 1917. E a Universidade do Paraná, fundada em 19 de dezembro de 1912, foi fechada antes da reforma de Carlos Maximiliano – 1915. A primeira universidade brasileira de fato permanente, a Universidade do Rio de Janeiro, foi aberta em 1920. No governo (primeiro ou segundo governo?) de Getúlio Vargas foram criadas 22 universidades federais, sendo uma em cada unidade federativa. (OLIVEN, 2002)

Vários dispositivos legais foram desenvolvidos com o passar do tempo, e aprovados em 1931 na área da educação. O primeiro deles, o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigorou até 1961. Somente em 1961 foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes da Educação, a Lei nº 4024/61. Um grande avanço para a regulamentação do ensino superior brasileiro, pois regulamentava todo o sistema educacional.

Essa lei foi bastante criticada principalmente por não abranger, ao longo do tempo, as necessidades de mudanças e por reforçar o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país. Em termos organizacionais, ela deixou ilesas a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas e a universidade composta por simples justaposição de escolas profissionais; além disso, mostrou maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa (OLIVEN, 2002, p. 32).

Em 20 de dezembro de 1996, foi aprovada a Lei nº 9.394/96 a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Um dos aspectos mudados foi o que concerne à dependência administrativa, pois a partir da promulgação da lei as universidades começaram a possuir certa autonomia conforme consta no art. 53 da Lei 9394/96.

2.5.2 Reforma universitária

Para que se possa analisar o sistema de Ensino Superior brasileiro, tem-se que entender as divisões e classificações que lhe são atribuídas.

Com a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a tipologia das IES no Brasil foi redefinida. No que concerne à natureza

acadêmica, constata-se que ela foi definida por decretos complementares, tais como os Decretos nº 3.860/01 e nº 2.406/97.

No nível das instituições, isto é, no plano vertical, além das universidades já existentes, foram criados mais dois novos tipos: a universidade especializada e os centros. No plano horizontal, criaram-se novos tipos de cursos e programas, tais como os cursos seqüenciais (no nível da graduação), os mestrados profissionais (no nível da pós-graduação) e a regulamentação da educação à distância.

A legislação educacional estabeleceu algumas classificações, não com o objetivo de enquadrar o sistema nacional de Ensino Superior, mas, acima de tudo, para poder respeitar e entender a identidade, a missão e a finalidade de cada instituição, dentro das diferentes realidades nas quais elas se acham inseridas (STALLIVIERI). Nesse contexto, as instituições do atual sistema de Ensino Superior brasileiro podem ser classificadas tanto quanto ao tipo de financiamento quanto por sua organização acadêmica. O Decreto nº 3.860 de 9 de julho de 2001, dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições.

De acordo com tal decreto, as instituições de ensino superior, quanto ao financiamento, classificam-se em (art. 1º):

I – públicas, quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; e

II – privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificam-se em (art. 7º):

I – universidades;

II – centros universitários; e

III – faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores

Diante dessas classificações, é importante entender, então, o significado, a missão, e o caráter de cada uma das categorias apresentadas abaixo.

- Universidades são instituições pluridisciplinares, que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e de extensão e por terem, obrigatoriamente, em seu quadro docente, 1/3 de professores com titulação de mestrado e doutorado e 1/3 de professores em regime de trabalho integral (art. 52, da Lei 9394/96).
- A Universidade Especializada caracteriza-se por concentrar suas atividades de ensino e pesquisa num campo do saber, tanto em áreas básicas como nas aplicadas, pressupondo a existência de uma área de conhecimento ou formação especializada dos quadros profissionais de nível superior. É o caso, por exemplo, das instituições que se especializaram na área da saúde ou das ciências agrárias, com forte tradição no campo do ensino e da pesquisa. Somente instituições de excelência, em sua área de concentração, poderão ser credenciadas como universidades especializadas. art. 8º, § 2º do Decreto 3.860/01.
- Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, caracterizadas pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. (art.11).
- Faculdades integradas são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado (art.12). (Decreto nº 3.860/01). Compreendem vários cursos pautados por um único estatuto e regimento jurídico, possuindo conselhos superiores e diretorias acadêmicas e administrativas. Essas faculdades não são, necessariamente, pluricurriculares, nem são obrigadas a desenvolver a pesquisa e a extensão como ocorre com as universidades.
- As instituições não-universitárias atuam numa área específica de conhecimento ou de formação profissional. A criação de novos cursos superiores depende da autorização do poder executivo (Decreto nº 3.860/01, art. 13). São compostas pelas Faculdades Integradas, Faculdades, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e por dois novos tipos de IES:

os Institutos Superiores de Educação e os Centros de Educação Tecnológica (CET's).

2.5.3 Universidades

A universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade. Esse papel se manifesta de forma diferente, conforme o tipo de sociedade que se deseja (BUARQUE, 1994). A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. (CHAUI, 2003):

Nos Estados Unidos a universidade desempenhou uma função-chave na construção da sociedade de consumo, na defesa da potência econômica e militar norte-americana. Na África do Sul, a universidade branca serviu competentemente para viabilizar a elevação do nível de vida dos brancos e manter o sistema do apartheid funcionando. Em países da Europa, as universidades são instrumentos de dinâmica da economia. Através do mercado, elas conseguem oferecer mão-de-obra e pesquisas para consumidores e empresas. Em Cuba, com prioridades definidas pelo Estado, a universidade tem por papel solucionar os problemas de educação e saúde das massas, produzir conhecimento para uma nação acuada. No Brasil, como certamente na Rússia de hoje, a universidade não dispõe de um projeto, nem de prioridades definidas pela sociedade deseja (BUARQUE, 1994, p. 217).

Segundo o LBDE, as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É conferida às universidades autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior; fixar os currículos de seus cursos e programas; aumentar ou diminuir o número de vagas, de acordo com a capacidade de atendimento e as exigências do seu meio; contratar e dispensar professores; estabelecer planos de carreira docente; elaborar e formar seus estatutos e regimentos, de acordo com as normas gerais em vigor; estabelecer programas de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; celebrar contratos como entidade jurídica; administrar receita pública e privada; e receber doações e heranças.

De acordo com a Constituição Federal (1988), as Universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Tal exigência não existe para as outras formas institucionais de Ensino Superior, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

A Lei nº 5540 de 1968 apresentou quatro modelos básicos de estruturação das universidades:

- 1) agregação de departamentos em poucos centros;
- 2) reunião de departamentos em número maior de institutos;
- 3) ligação direta de departamentos à administração superior; e
- 4) superposição de centros aos institutos.

2.6 Considerações sobre a Revisão de Literatura

Na revisão de literatura foram tratados vários assuntos todos correlacionados à OSC, foram elas: Sociologia do Conhecimento, Teoria da Classificação, Teoria do Conceito, Organização do Conhecimento e Ensino Superior.

Quando nos dispomos a organizar, o primeiro passo é classificar. Ao estudar a organização social do conhecimento, os dois primeiros elementos a serem analisados são a classificação utilizada e os parâmetros a serem seguidos para a tal organização. Por ser um tipo de organização originária de fenômenos sociais, culturais, econômicos, o primeiro tópico estudado foi a Sociologia do Conhecimento.

Para que se possa entender a formação e composição de qualquer tipo de OSC é essencial compreender os fatos que influenciaram sua criação. Autores ligados à sociologia do conhecimento e aos estudos sobre o cotidiano apontam a onipresença dos atos classificatórios e sua natureza social de várias formas. Berger e Luckmann (2011) relatam que, nas interações cotidianas, utilizamos a todo momento “esquemas tipificadores”, que são formas de apreensão do anonimato do outro, anonimato esse preenchido por características que julgamos pertencer à classe à qual este outro pertence.

Disso surge a importância de se conhecer a Teoria da Classificação e da Teoria do conceito, para se entender os atos classificatórios. Relacionada diretamente a OSC está a classificação social, que é resultado das relações sociais que gera, a partir disso, diversas categorias segundo as analogias e características comuns.

Fazendo um paralelo entre a OSC e a OIC, de maneira simplista, a última baseia-se em argumentos teóricos e empíricos, enquanto a primeira é fundamentada em questões históricas e sociológicas. Partindo desse pressuposto, a OSC é um tipo de classificação social.

Em pesquisas em bases de dados foram encontradas poucas pesquisa a respeito da OSC. Existem algumas pesquisas na área da OC cujo tema principal é a OSC, a ver

A literatura tem mostrado o interesse dessas propostas em vários estudos. Rizzi (2007) analisa o conceito paz na Classificação Decimal de Dewey (CDD) e observa a ênfase no conceito guerra, o que revelaria que tal instrumento evidencia valores atrelados a uma cultura de guerra. Miranda (2007) estuda a representação do conhecimento (RdC) afrodescendente na classe religião da CDD. O tema além de estar na categoria “outros” (o.que é um pecado capital em classificação), evidencia a visão ideológica de seus organizadores e distribui o tema em várias classes, apresentando dispersão semântica, que acarretaria dispersão, também, nas estantes ou num catálogo sistemático. Civalero (2005) analisa tabelas auxiliares de países, agrupamentos étnicos e nacionalidade na Classificação Decimal Universal (CDU). Evidencia os termos empregados claramente relacionados com posturas evolucionistas procedentes, a seu ver, de um marco ideológico, de dominação, colonização e discriminação... Isto comprova as afirmações de pesquisadores de classificação na perspectiva filosófica e sociológica, a exemplo de Hjørland e de Hjørland e Albrechtsen, de que a classificação de um ramo do conhecimento exprime de modo mais ou menos inerente certas epistemologias ou é construída sobre fundamentos e tendências culturais mais ou menos explícitas. Segundo eles, o assunto das disciplinas, conforme apresentado nas tabelas de classificação, é dependente de uma teoria e, também, uma questão altamente política. De fato, perguntam eles, a questão não é apenas se as classificações devem se basear em disciplinas, mas quem tem autoridade para definir os assuntos das disciplinas. O conhecimento deve ser considerado em seu contexto histórico, social e cultural. (GOMES, 2009)

No texto nota-se que a autora sempre se reporta a uma nuance que remete ao lado social e político, característica principal de uma OSC.

A última seção deste capítulo abordou aspectos relativos às universidades brasileiras para dar a dimensão política e social presente no contexto acadêmico brasileiro.

3 Metodologia da pesquisa

3.1 Caracterização da pesquisa

Segundo Vergara (2000), a pesquisa exploratória é adotada em áreas em que existe pouco conhecimento acumulado e sistematizado e contribui para que se alcance o objetivo de aumentar os conhecimentos sobre o assunto. Por meio de pesquisa bibliográfica realizada em bases de dados especializadas, observou-se que há escassez nos estudos relacionados à organização do conhecimento. Caracterizamos, portanto, este estudo como exploratório.

Cervo, Bervian e Silva (2007) afirmam que a pesquisa exploratória é muito utilizada como primeira etapa para outras pesquisas e objetiva familiarizar o pesquisador com o fenômeno investigado, realizando descrições precisas da realidade e buscando identificar as relações existentes entre seus componentes.

Trata-se de um estudo de caso, pois a pesquisa em questão volta-se para o estudo de uma situação específica da realidade, qual seja, o contexto das universidades federais brasileiras. Além de apresentar uma visão geral da organização das unidades acadêmicas das universidades, analisa outras classificações sociais presentes nesse contexto: a Classificação das Áreas do Conhecimento do Cnpq e a CDU. Quanto à forma de abordagem a pesquisa é qualitativa. Para Creswell (2010, p. 206), “[...] os métodos qualitativos mostram uma abordagem diferente [...] empregam diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação de dados”.

Por fim a pesquisa, do ponto de vista da forma de abordagem, é qualitativa e quanto a seus objetivos é exploratória.

3.2 População e amostra de pesquisa

Dada a comparação entre os diversos tipos de organização do conhecimento em universidades federais brasileiras, foram escolhidas para a pesquisa as universidades públicas federais localizadas na capital do estado, as quais possuem

um maior número de cursos e também cursos de pós-graduação stricto sensu. Para a escolha das universidades foi usado como instrumento o Censo do Ensino Superior (INEP, 2011).

Foram escolhidas duas universidades de cada região do Brasil. Dessa maneira, procurou-se verificar se a ênfase em dada disciplina é diferente nessas regiões.

O parâmetro para a seleção das universidades foi o número de cursos de graduação. Pressupõe-se que, um número maior de cursos, apresenta maiores desafios para a organização social do conhecimento.

Levando em consideração esses dados, foram selecionadas as seguintes universidades:

- Região Norte: Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amazonas
- Região Nordeste: Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Pernambuco
- Região Centro-Oeste: Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás
- Região Sudeste: Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Região Sul: Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande do Sul

3.3 Etapas da pesquisa

A coleta de dados sobre a distribuição das áreas do conhecimento refletida na estrutura organizacional das universidades foi realizada por meio de visita ao sítio institucional de cada universidade. Foram recolhidos dados sobre a quantidade de institutos, faculdades e centros. Foi efetuada uma análise de como cada universidade está estruturada.

Essa análise visa verificar em que modelos básicos de estruturação, conforme a Lei nº 5540 de 1968, as universidades escolhidas se encaixam e verificar similaridades nas estruturas organizacionais. Primeiramente, foi realizada, a coleta dos dados e a sistematização da estrutura acadêmica das respectivas universidades e posteriormente a análise dos dados.

Para tal foi levada em consideração a lei 5.540/68, a qual apresenta quatro modelos básicos de estruturação. Na análise de dados será atribuído a cada ramo do organograma um nível de subordinação. Essa classificação contribuiu para a comparação entre unidades acadêmicas das universidades e a CDU e áreas do conhecimento do CNPq.

A Lei nº 5540 de 1968 apresenta quatro modelos básicos de estruturação:

- 1) agregação de departamentos em poucos centros;
- 2) reunião de departamentos em número maior de institutos;
- 3) ligação direta de departamentos à administração superior; e
- 4) superposição de centros aos institutos.

A análise e sistematização das estruturas das unidades acadêmicas das universidades que compõem a amostra encontra-se no item 4.1 da análise de dados.

Entre os objetivos da pesquisa está a análise da Classificação Decimal Universal (CDU) e da estrutura organizacional das universidades. A escolha pela CDU se deu porque a mesma é utilizada pela maioria das bibliotecas universitárias brasileiras.

Como a CDU é composta de 10 classes e cada classe se subdivide em mais 10 subclasses, decidiu-se realizar a comparação com três classes da CDU, as classes 0 e 3. Elas foram escolhidas por representarem classes que tratam de áreas que ainda hoje não possuem uma divisão claramente aceita e definida entre os pares, as Ciências Humanas e Ciências Sociais.

Outro parâmetro para esta escolha foi a realização de um pré-teste que comparou as classes zero e três ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de

Brasília e à Faculdade de Ciência da Informação. Notou-se que as classes da CDU comportam as áreas de ciências sociais, ciências humanas, ciências sociais aplicadas e educação. Já a Universidade de Brasília segmenta essas áreas em diferentes faculdades e departamentos.

Efetou-se a análise de como cada universidade está estruturada para assim comparar essa organização com as áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas da tabela de áreas do conhecimento do CNPq.

Para sistematizar melhor os diferentes sistemas de organização social do conhecimento, a análise foi feita em três partes: áreas afins entre a CDU e CNPq; áreas que só constam na CDU e áreas que só constam na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq.

A Classificação Decimal Universal é dividida em 10 classes principais, que se dividem em subclasses. Na presente análise, as subclasses das classes 0,1, 2 e 3 foram tabuladas afim de que fosse determinado o grau de subordinação do termo em relação a cada universidade. As áreas encontradas na CDU foram:

- Classe 0 – Biblioteconomia, Ciência da computação/informática e Comunicação
- Classe 1 – Filosofia e Psicologia
- Classe 2 – Religião, Teologia
- Classe 3 – Administração pública, Antropologia, Assistência social, Demografia, Direito, Economia, Educação, Estatística, Política e Sociologia.

As grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq abrangem vinte e três áreas distintas, a saber:

- Sociais Aplicadas: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Informação, Comunicação, Demografia, Desenho Industrial, Direito, Economia, Economia Doméstica, Museologia, Planejamento Urbano e Regional, Serviço Social, Turismo.

- Ciências Humanas: Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia, Teologia.

Para identificar como as áreas do conhecimento encontram-se situadas na hierarquia de cada universidade, segundo os modelos da Lei 5540 de 1968 jpa descritos, foram atribuídos níveis de subordinação para cada área.

Analisando-se os organogramas, e tendo como parâmetro a lei citada, chegou-se à conclusão de que a maioria das universidades se encaixa no modelo quatro, o da sobreposição dos centros aos institutos.

O quadro 2 sistematiza esses dados. Sendo assim, os níveis distribuem-se da seguinte maneira:

Nível 1 – 1– Primeiro nível da Unidade Acadêmica

Nível 2 – 2 - Subordinados às unidades de nível 1

Nível 3 – 3 - Subordinados às unidades de nível 2

Quadro 2 – Níveis de subordinação das Unidades Acadêmicas das universidades

	Institutos	Faculdades	Departamentos	Escola	Centros	Setores	Outros*
UFPA	1	2		2			
UFAM	1	1	2	1			1
UFPE			2		1		
UFPB			2		1		
UFMG	1	1	2	1			
UFRJ	2	2	2	2	1		2
UNB	1	1	2		1		1
UFG	1	1		1	1		
UFRGS	1	1	2	1	1		1
UFPR			2			1	

4 Análise dos dados

Um dos itens previstos na metodologia é a coleta de dados sobre a estrutura acadêmica das universidades. Para subsidiar a análise da distribuição das áreas do conhecimento o contexto acadêmico brasileiro, apresentou-se, no item 4.1, a síntese da estrutura organizacional das 10 universidades que compõem a amostra.

No item 4.2 encontram-se as áreas do conhecimento da CDU e da Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq incluídas no estudo.

A análise das áreas que pertencem ao grupo 1 (aquelas que aparecem tanto na CDU quanto no CNPq) é descrita no item 4.3 e daquelas que aparecem apenas na Tabela de Áreas do Conhecimento, no item 4.4.

Concluiu-se a análise no item 4.5, onde são sistematizadas as análises dos três sistemas de OSC.

4.1 Estrutura organizacional das universidades

a) Universidade Federal do Amazonas – UFAM

A Universidade do Amazonas é uma Instituição Federal de Ensino Superior, criada nos termos da Lei nº. 4.069-A, de 12 de junho de 1962, do Decreto nº. 53.699, de 13 de março de 1964. Reúne cerca 22 mil estudantes entre alunos de graduação e pós-graduação *Strictu Sensu* e *Lato Sensu*.

A estrutura acadêmica da UFAM está dividida entre institutos, faculdades e uma escola, distribuídos de acordo com sua área temática.

- Institutos: Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Instituto de Natureza e Cultura Benjamin Constant, Instituto de Saúde e Biotecnologia em Coari, Instituto de Agricultura e Ambiente em Humaitá, Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia em Itacoatiara e Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia em Parintins.

- Faculdades: Faculdade de Ciências Agrárias, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação, Faculdade de Estudos Sociais, Faculdade de Educação Física, Faculdade de Tecnologia.
- Escola: Escola de Enfermagem.

Os institutos, faculdades e escola estão ligados diretamente à Administração Superior. As unidades se subdividem em departamentos. A universidade possui unidades na capital e no interior.

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UFPA é a seguinte:

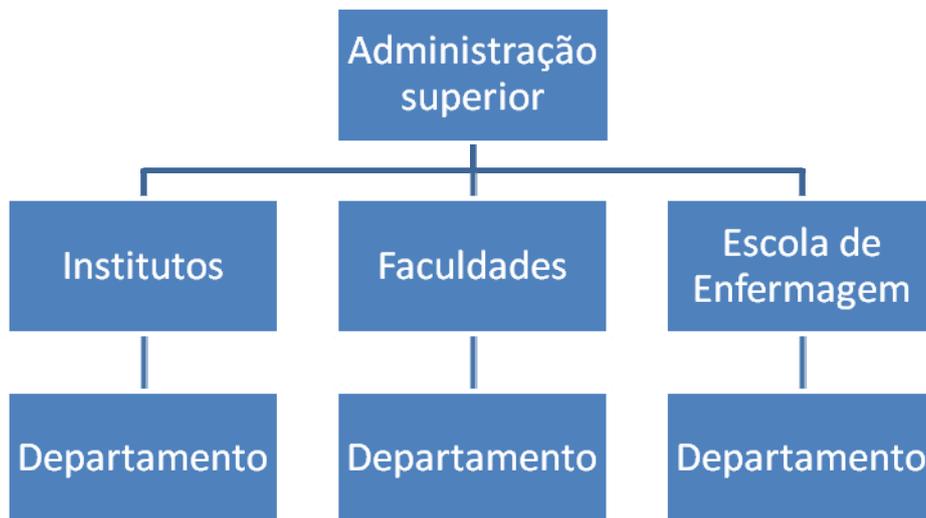


Figura 3 – Síntese da estrutura organizacional da UFPA

b) Universidade Federal do Pará – UFPA

A Universidade do Pará foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957. Reúne cerca de 40 mil estudantes entre alunos de graduação e pós-graduação Strictu Sensu e Lato Sensu.

As unidades acadêmicas da UFPA são divididas entre institutos e núcleos, e ainda possui unidades acadêmicas especiais. Os institutos se dividem em faculdades e escolas.

- Instituto: Instituto de artes, Instituto de Ciências exatas e naturais, Instituto de ciências jurídicas, Instituto de ciências da saúde, Instituto de filosofia e ciências humanas, Instituto de educação matemática e científica, Instituto de ciências da educação, Instituto de tecnologia, Instituto de geociências, Instituto de ciências sociais aplicadas, Instituto de ciências biológicas e Instituto de Letras e Comunicação.
- Núcleos: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Núcleo de Medicina Tropical, Núcleo de Meio Ambiente e Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.
- Unidades acadêmicas especiais: Escola de aplicação, Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza e Hospital Universitário João de Barros Barreto.

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UFPA, é a seguinte:

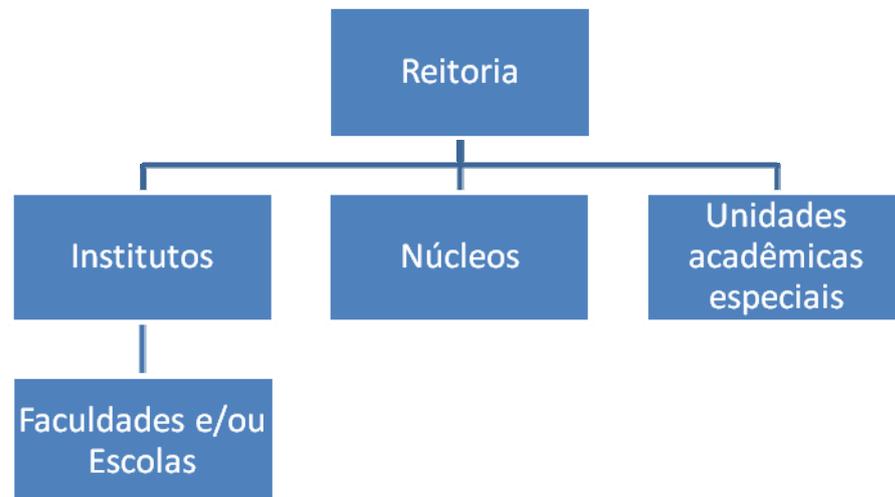


Figura 4 – Síntese da estrutura organizacional da UFPA

c) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

As unidades acadêmicas da UFPE são divididas em centros que são subdivididos em núcleos e departamentos.

Os centros são: Centro Acadêmico do Agreste (CAA), Centro Acadêmico de Vitória (CAV), Centro de Artes e Comunicação (CAC), Centro de Ciências Biológicas

(CCB), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Centro de Educação (CE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Informática (CIN) e Centro de Tecnologia e Geociências (CTG).

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UFPE, é a seguinte:

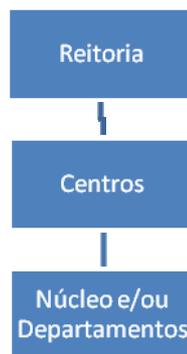


Figura 5 – Síntese da estrutura organizacional da UFPE

d) Universidade Federal da Paraíba – UFPB

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores.

UFPB está estruturada da seguinte forma:

- Campus I, na cidade de João Pessoa, compreendendo os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR);
- Campus II, na cidade de Areia, compreendendo o Centro de Ciências Agrárias (CCA); o Campus III, na cidade de Bananeiras, abrangendo o

Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) e o Campus IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE). Dois novos centros foram criados em 2011 pelo Conselho Universitário (Consuni). São eles: o Centro de Informática e o Centro de Energias Alternativas Renováveis. Os centros são subdivididos em departamentos.

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UFPB, é a seguinte:

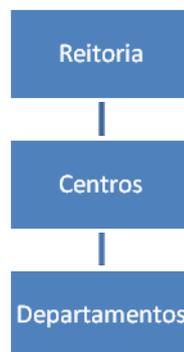


Figura 6 – Síntese da estrutura organizacional da UFPB

e) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

A Universidade é composta de Unidades Acadêmicas e Unidades Especiais:

- i. A Unidade Especial é o estabelecimento de ensino que possui sede e estrutura administrativa próprias, pode realizar atividades de pesquisa e extensão, mas não conduz à concessão de diploma de Graduação.
- ii. A Unidade Acadêmica é o estabelecimento de ensino que possui sede e estrutura administrativa próprias, realiza atividades de pesquisa e extensão e oferece curso superior que resulta na concessão de diploma de Graduação. Compõem as unidades acadêmicas as escolas, faculdades e institutos.
 - Escolas: Escola de Arquitetura, Escola de Belas-Artes, Escola de Ciência da Informação (Escola de Biblioteconomia), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Escola de

Enfermagem, Escola de Engenharia, Escola de música, Escola de veterinária.

- Faculdades: Faculdades de ciências econômicas, Faculdade de direito, Faculdade de educação, Faculdade de farmácia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Letras, Faculdade de Medicina e Faculdade de odontologia.
- Institutos: Instituto de Ciências Agrárias (ICA), Instituto de Ciências Biológicas – ICB, Instituto de Ciências Exatas – ICEX e Instituto de Geociências – IGC.

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UFMG, é a seguinte:

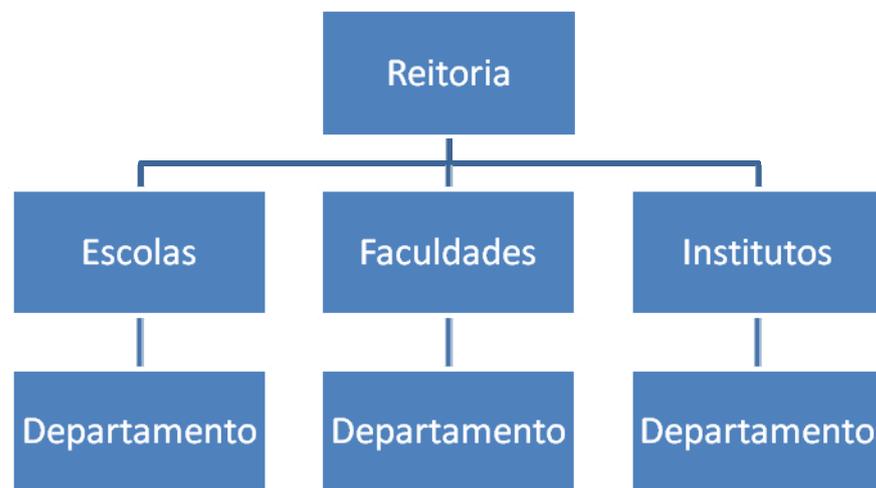


Figura 7 – Síntese da estrutura organizacional da UFMG

f) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

A Universidade Federal do Rio de Janeiro foi criada em 1920; recebeu o nome de Faculdade do Rio de Janeiro. Em 1935, foi nomeada Faculdade do Brasil, e por fim, em 1965 recebeu a denominação de hoje. Atualmente a UFRJ possui aproximadamente 60 mil alunos.

Suas unidades acadêmicas primárias são os centros. Eles são compostos por institutos, escolas, faculdades, núcleos e órgãos suplementares, também compõem a Universidade o Fórum de Ciência e Cultura (FCC) e a Reitoria.

- Centros: Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Tecnologia (CT), Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), Centro de Letras e Artes (CLA), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e Fórum de Ciência e Cultura (FCC).

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UFRJ, é a seguinte:

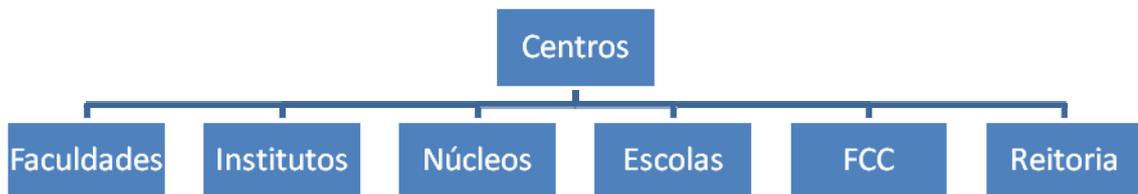


Figura 8 – Síntese da estrutura organizacional da UFRJ

g) Universidade de Brasília – UnB

A Universidade de Brasília foi inaugurada no dia 21 de abril de 1962, exatamente dois anos após a inauguração de Brasília. A universidade foi a primeira instituição do Brasil dividida em institutos centrais e faculdades. Naquela época todos os alunos tinham uma formação básica, todos tinham também de cursar os chamados cursos-tronco, e somente depois de dois anos, estudavam as matérias específicas. Os três primeiros cursos-tronco foram: Direito, Administração e Economia, Letras Brasileiras, e Arquitetura e Urbanismo.

Atualmente, possui mais de 2 mil professores, 2.512 servidores e 30.777 mil estudantes de graduação e 6.650 de pós-graduação. É constituída por 25 institutos e faculdades e 25 centros de pesquisa especializados.

As unidades acadêmicas da UnB são organizadas por área de conhecimento; são departamentos que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, e compreendem as faculdades, institutos, centros, núcleos e laboratórios de ensino de graduação e pós-graduação, distribuídos pelos quatro *campi* da universidade.

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UnB, é a seguinte:

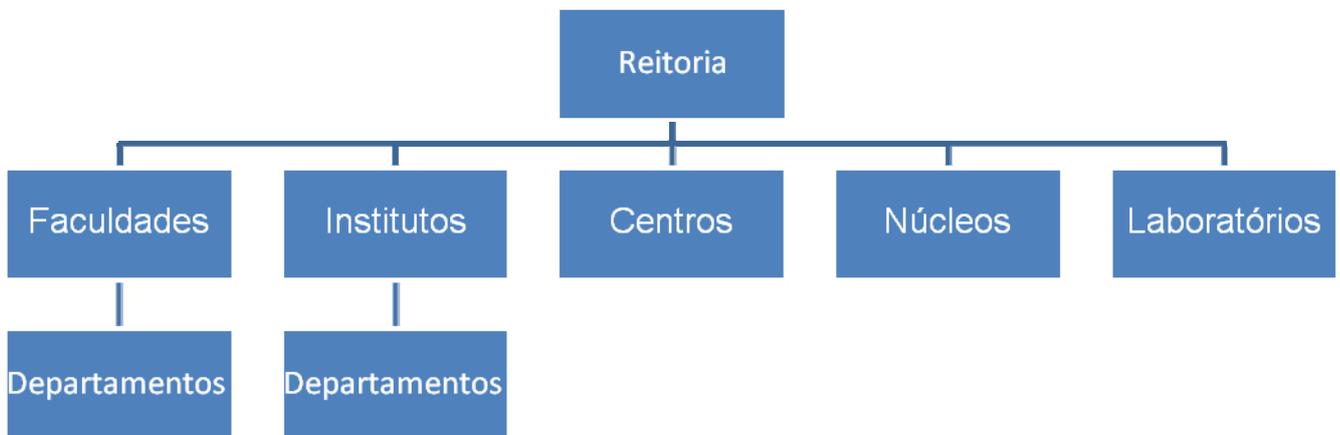


Figura 9 – Síntese da estrutura organizacional da UnB

h) Universidade Federal de Goiás – UFG

A Universidade Federal de Goiás foi criada no dia 14 de dezembro de 1960 com a reunião de cinco escolas superiores que existiam em Goiânia: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina.

As Unidades Acadêmicas da UFG compreendem as faculdades, escolas, institutos e centros de ensino em graduação e pós-graduação, num total de 25 unidades.

- Escolas: Escola de Engenharia Civil (EEC), Escola de Engenharia Elétrica (EEEC), Escola de Agronomia e de Engenharia de Alimentos, Escola de Música e Artes Cênicas (Emac) e Escola de Veterinária (EV).
- Faculdades: Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Educação (FE), Faculdade de Enfermagem (FEN), Faculdade Farmácia (FF), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Nutrição (Fanut) Faculdade de Odontologia (FO), Faculdade de Artes Visuais (FAV), Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE),

Faculdade de História (FH), Faculdade de Filosofia (Fafil), Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb), Faculdade de Educação Física (FEF) e Faculdade de Letras (FL).

- Institutos: Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Instituto de Física (IF), Instituto de Informática (INF), Instituto de Matemática e Estatística (IME) e Instituto de Química (IQ).
- Centro: Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae).

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UFG, é a seguinte:

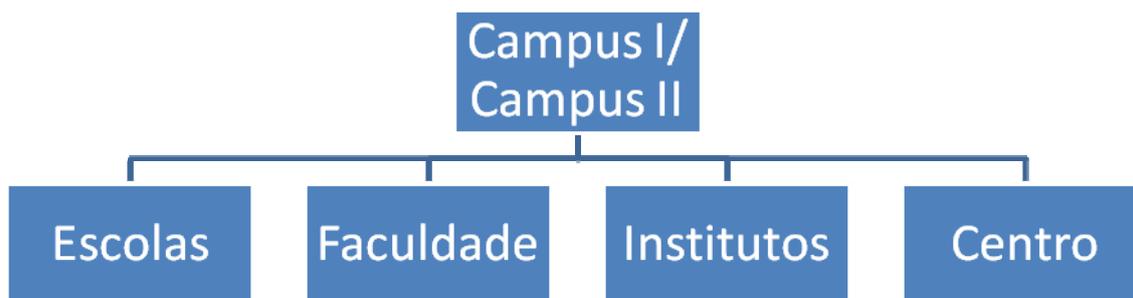


Figura 10 – Síntese da estrutura organizacional da UFG

i) h) Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, é uma instituição centenária, reconhecida nacional e internacionalmente. Ministra cursos em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis, desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação. A universidade possui hoje mais de 30 mil alunos e 89 cursos de graduação. Suas unidades acadêmicas são divididas em escolas, faculdades, institutos e pelo Colégio de Aplicação.

- Escolas: Escola de Administração, Escola de Educação Física, Escola de Enfermagem e Escola de Engenharia.

- Institutos: Instituto de Artes, Instituto de Biociências, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Instituto de Informática, Instituto de Letras, Instituto de Matemática, Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Instituto de Psicologia e Instituto de Química.
- Faculdades: Faculdade de Agronomia, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Veterinária.

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UFRGS, é a seguinte:

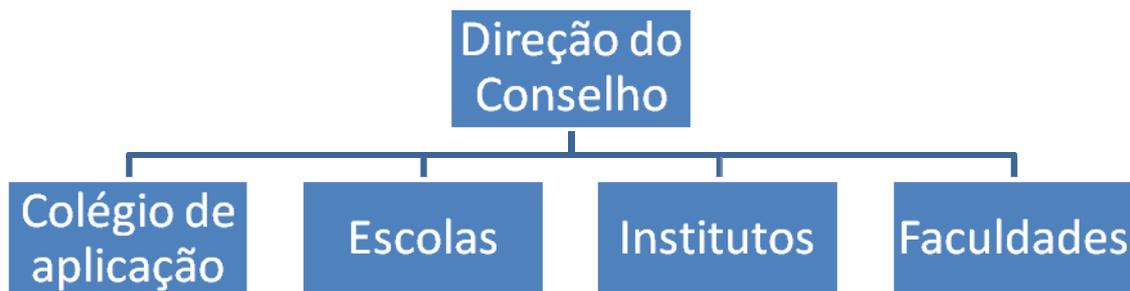


Figura 11 – Síntese da estrutura organizacional da UFRGS

j) Universidade Federal do Paraná

A Universidade Federal do Paraná é uma das mais antigas universidades do Brasil e símbolo de Curitiba; foi criada em 1912. Reúne em seu campus aproximadamente 20 mil alunos divididos em quase 80 cursos. A UFPR possui 68 Departamentos responsáveis pelos 47 cursos de graduação da instituição.

Estes Departamentos são administrados por Chefes e Vice-Chefes de Departamentos, eleitos pela comunidade acadêmica. Já os cursos de Graduação, assim como os de Mestrado e Doutorado, por Coordenadores e Vice-Coordenadores de Curso.

Na hierarquia esses departamentos são divididos entre dez setores da UFPR. São eles: Setor de Ciências Biológicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Exatas, Setor de Educação, Setor de Ciências Agrárias, Setor de Ciências Jurídicas, Setor de Tecnologia, Setor de Ciências da Saúde, Setor de Ciências da Terra e Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Desta forma a síntese da estrutura organizacional da UFPR, é a seguinte:



Figura 12 – Síntese da estrutura organizacional da UFPR

Por meio da análise das estruturas acadêmicas foi possível identificar o nível de subordinação de cada área do conhecimento em cada universidade que compõe a amostra. Essa síntese permitiu identificar as áreas contempladas nas universidades, na CDU e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq.

4.2 Classificação Decimal Universal e áreas do conhecimento do CNPq

A classificação decimal universal é dividida em 10 classes principais, que se dividem em subclasses. Na presente análise, as subclasses das classes 0,1, 2 e 3 foram tabuladas a fim de que fosse determinado o grau de subordinação de cada área em relação a cada universidade. As áreas identificadas na CDU estão no quadro 3:

Quadro 3 – Áreas identificadas na CDU

Classe	Assuntos
Zero	1. Biblioteconomia 2. Ciência da computação/informática 3. Comunicação
Um	4. Filosofia 5. Psicologia
Dois	6. Religião. Teologia

Três	<ul style="list-style-type: none"> 7. Administração pública 8. Antropologia 9. Assistência social 10. Demografia 11. Direito 12. Economia 13. Educação 14. Política 15. Sociologia
------	---

A tabela de áreas conhecimento da CNPq é dividida em nove grandes áreas. As ciências sociais aplicadas e as ciências humanas enquadram vinte e três áreas distintas, conforme quadro 4:

Quadro 4 – Áreas identificadas na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq

Grande área do conhecimento	Áreas do conhecimento
Ciências Sociais Aplicadas	<ul style="list-style-type: none"> 1. Administração 2. Arquitetura e Urbanismo 3. Ciência da Informação 4. Comunicação 5. Demografia 6. Desenho Industrial 7. Direito 8. Economia 9. Economia Doméstica 10. Museologia 11. Planejamento Urbano e Regional 12. Serviço Social 13. Turismo
Ciências Humanas	<ul style="list-style-type: none"> 14. Antropologia 15. Arqueologia 16. Ciência Política 17. Educação 18. Filosofia 19. Geografia 20. História 21. Psicologia 22. Sociologia 23. Teologia

Após a tabulação, foram utilizados os níveis de subordinação das universidades, obtidos na etapa anterior (Quadro 2). As áreas foram divididas em três grupos. O primeiro grupo engloba as áreas que aparecem tanto na CDU quanto na Tabela do CNPq. O segundo, as que aparecem somente na Tabela de Áreas do

Conhecimento do CNPq e, no último grupo, aquelas que estão somente na CDU. Verificou-se que não havia áreas que apareciam apenas na CDU. Portanto não há grupo três para verificação.

4.3 Análise das áreas do grupo 1

a) Biblioteconomia

Conforme o quadro 5, apenas em duas universidades a Biblioteconomia consta como área principal (UFG e UFRGS), nas demais está em nível de curso. Alguns dos departamentos e faculdades de Ciência da Informação englobam os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Documentação. Nos casos da UFPA, UFPE e UFPR a área está vinculada às ciências sociais aplicadas. O quadro 5 apresenta o nível e unidade de subordinação da Ciência da Informação nas universidades. Segundo Araújo (2003), a ciência da informação é tradicionalmente definida, em termos institucionais (de acordo com classificações de agências como Capes e CNPq e divisões internas nas várias universidades), como uma “ciência social aplicada”. Na CDU, a biblioteconomia encontra-se classificada como classe zero (classe) que é a classe de generalidades, mas existem alguns estudos que a classificam como ciências sociais. Dentre as áreas do conhecimento no CNPq a Biblioteconomia é classificada como ciências sociais aplicadas.

Quadro 5 - Universidades e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Biblioteconomia

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Nível 2
UFPE	Centro de artes e comunicação	Nível 2
UFPB	Centro de ciências aplicadas	Nível 2
UFMG	Escola de Ciência da Informação	Nível 3
UFRJ	Faculdade de administração e ciências contábeis	Nível 2
UNB	Faculdade de Ciência da Informação	Nível 2
UFG	Faculdade de comunicação e biblioteconomia	Nível 1
UFRGS	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Nível 1
UFPR	Inexistente	

b) Ciência da computação

Conforme o quadro 6, a Ciência da Computação aparece como área principal (nível 1) em apenas quatro universidades (UFPE, UFRJ, UFG e UFRGS). Nas outras seis ela se acha subordinada a alguma unidade acadêmica. Ressalta-se que todas essas unidades acadêmicas situam-se dentro da área de ciências exatas.

Assim como a Biblioteconomia, a Ciência da Computação está classificada na CDU como generalidades. Dentre as áreas do conhecimento do CNPq a Ciência da Computação se enquadra no grupo das Ciências Exatas e da Terra.

Quadro 6 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Ciência da Computação

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de Ciências exatas e naturais	Nível 2
UFAM	Instituto de Ciências Exatas	Nível 2
UFPE	Centro de informática	Nível 1
UFPB	Centro de ciências exatas e da natureza	Nível 2
UFMG	Instituto de Ciências Exatas	Nível 2
UFRJ	Núcleo de Computação Eletrônica	Nível 1
UNB	Instituto de Ciências Exatas	Nível 2
UFG	Instituto de informática	Nível 1
UFRGS	Instituto de Informática	Nível 1
UFPR	Setor de Ciências Exatas	Nível 2

c) Filosofia

Conforme o quadro 7, a área da filosofia encontra-se no nível 1 em sete e como nível 2 em 3 universidades. Em 6 universidades a área está relacionada às ciências humanas. No CDU a filosofia está na classe 1 e as ciências humanas distribuem-se entre as ciências sociais, história, artes e letras. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, a Filosofia se enquadra no grupo das Ciências Humanas.

Quadro 7 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Filosofia

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de filosofia e ciências humanas	Nível 1
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Nível 2
UFPE	Centro de filosofia e ciências humanas	Nível 1
UFPB	Centro de ciências humanas, letras e artes	Nível 2
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 1
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 1
UNB	Instituto de Ciências Humanas	Nível 2
UFG	Faculdade de Filosofia	Nível 1
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 1
UFPR	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 1

d) Psicologia

Conforme demonstra o quadro 8, a psicologia aparece no nível 1 em quatro universidades, como nível 2 em 5 e nível 3 apenas na UFG. Quando em nível 2, a psicologia está vinculada às ciências humanas.

Nos casos da UFPE, UFMG, UFRJ vinculada-se também à filosofia. Na UFG a área se liga à educação. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq a Psicologia se enquadra no grupo de Ciências Humanas.

Quadro 8 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Psicologia

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Faculdade de Psicologia	Nível 1
UFAM	Faculdade de Psicologia	Nível 1
UFPE	Centro de filosofia e ciências humanas	Nível 2
UFPB	Centro de ciências humanas, letras e artes	Nível 2
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFRJ	Centro de filosofia e ciências humanas	Nível 2
UNB	Instituto de Psicologia	Nível 1
UFG	Faculdade de Educação	Nível 3
UFRGS	Instituto de psicologia	Nível 1
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Nível 2

e) Administração

Conforme o quadro 9, a Administração aparece como área principal (nível 1) em apenas duas universidades (UFMG e UFRGS). Nas demais aparece como faculdade ou departamento e, na UFG, como curso. Segundo a classificação das unidades acadêmicas a área vincula-se com maior frequência nas Ciências Sociais. Na CDU está classificada na classe 3, classe das ciências sociais.

Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq a Administração se enquadra no grupo de Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 9 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Administração

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFAM	Faculdade de Estudos Sociais	Nível 2
UFPE	Centro de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFPB	Centro de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFMG	Faculdade de ciências administrativas	Nível 1
UFRJ	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	Nível 2
UNB	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	Nível 2
UFG	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas	Nível 2
UFRGS	Escola de Administração	Nível 1
UFPR	Setor de Ciências Sociais Aplicadas	Nível 2

f) Antropologia

Conforme o quadro 10, em 6 universidades a Antropologia vincula-se às Ciências Humanas. Apesar da afirmação de Peirano (2000), de que a antropologia se consolidou no Brasil como uma das ciências sociais, essa área subordina-se às Ciências Sociais em apenas 4 universidades.

Na CDU, a Antropologia insere-se na classe de Ciências Humanas e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq também se enquadra no grupo de Ciências Humanas.

Quadro 10 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Antropologia

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de filosofia e ciências humanas	Nível 2
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Nível 2
UFPE	Centro de ciências sociais aplicadas	Nível 3
UFPB	Centro de ciências humanas, letras e artes	Nível 3
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Nível 2
UNB	Instituto de Ciências Sociais	Nível 2
UFG	Faculdade de Ciências Sociais	Nível 3
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Nível 2

g) Arquitetura e Urbanismo

Conforme o quadro 11, a área de Arquitetura e Urbanismo está no nível 1 em três universidades (UFMG, UnB e UFRGS). Aparece em nível de subordinação dois em sete universidades, sendo que destas quatro são da área de tecnologia e três da área de artes. Na UFAM essa área surge como curso de graduação. Na CDU, ela é classificada na classe 7, classe de artes. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, a Arquitetura e Urbanismo se enquadra no grupo das Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 11 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Arquitetura e Urbanismo

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de tecnologia	Nível 2
UFAM	Faculdade de tecnologia	Nível 3
UFPE	Centro de artes e comunicação	Nível 2
UFPB	Centro de tecnologia	Nível 2
UFMG	Escola de Arquitetura	Nível 1
UFRJ	Centro de Letras e Artes	Nível 2
UNB	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Nível 1
UFG	Faculdade de artes visuais	Nível 2
UFRGS	Faculdade de Arquitetura	Nível 1
UFPR	Setor de Tecnologia	Nível 2

h) Assistência Social ou Serviço Social

Conforme o quadro 12, o Serviço Social está presente em sete universidades e ausente em três (UFG, UFRGS e UFPR), com nível de subordinação dois em todas as universidades.

Quanto à vinculação às unidades acadêmicas, é classificada como Ciências Humanas em quatro universidades e como ciências sociais aplicadas em três. Na CDU ela é classificada na classe três, classe de ciências sociais, sendo denominada Assistência Social.

Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, a Assistência Social se enquadra no grupo de Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 12 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Serviço Social

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Nível 2
UFPE	Centro de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFPB	Centro de ciências humanas, letras e artes	Nível 2
UFMG	Inexistente	
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UNB	Instituto de Ciências Humanas	Nível 2
UFG	Inexistente	
UFRGS	Inexistente	
UFPR	Inexistente	

i) Ciência Política ou Política

Considerando que na denominação de área do conhecimento que o termo “Ciência política” e Política são sinônimos, constatou-se que ele surge como área principal apenas em uma universidade (UnB). Conforme o quadro 13, em cinco universidades aparece subordinado a unidades vinculadas às áreas de filosofia, ciências humanas e ciências sociais. Em duas, aparece como curso e área. Na UFG e UFAM a área em questão não consta em seus currículos Na CDU, a Ciência Política é classificada como ciência social. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq a Ciência Política se enquadra no grupo de Ciências Humanas.

Quadro 13 -- Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Ciência Política

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de Ciências Instituto de filosofia e ciências humanas	Nível 3 curso
UFAM	Inexistente	
UFPE	Centro de filosofia e ciências humanas	Nível 2
UFPB	Centro de ciências humanas, letras e artes	Nível 3 área
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Nível 2
UNB	Instituto de Ciência Política	Nível 1
UFG	Inexistente	
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFPR	Departamento de Ciências Sociais	Nível 2

j) Comunicação

Conforme o quadro 14, a área de Comunicação aparece em nível 1 em 5 das universidades e nas outras está no nível 2. Surge sempre vinculada às unidades acadêmicas relacionadas às ciências humanas.

Na CDU é classificada na classe zero, de generalidades. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq a Comunicação se enquadra no grupo de Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 14 - Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Comunicação

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de Letras e Comunicação	Nível 1
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Nível 2
UFPE	Centro de artes e comunicação	Nível 1
UFPB	Centro de ciências humanas, letras e artes	Nível 2
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UNB	Faculdade de Comunicação	Nível 1
UFG	Faculdade de comunicação e biblioteconomia	Nível 1
UFRGS	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Nível 1
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Nível 2

k) Demografia

A área de demografia aparece apenas uma vez como unidade acadêmica e vinculada à Faculdade de ciências econômicas da UFMG. Na CDU é classificada como ciência social, e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq se enquadra no grupo de Ciências Sociais Aplicadas.

l) Direito

Levando em consideração que o termo “Ciências Jurídicas” e Direito são sinônimos na denominação de área do conhecimento, constatou-se que surge como área principal em todas as universidades, sendo, inclusive único curso da unidade acadêmica em nove universidades (Quadro 15) .

Na CDU, a área de Direito classifica-se dentro da classe três, classe de ciências sociais. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq o Direito se enquadra no grupo de Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 15 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Direito

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de ciências jurídicas	Nível 1
UFAM	Faculdade de Direito	Nível 1
UFPE	Centro de ciências jurídicas	Nível 1
UFPB	Centro de ciências jurídicas	Nível 1
UFMG	Faculdade de Direito	Nível 1
UFRJ	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	Nível 1
UNB	Faculdade de direito	Nível 1
UFG	Faculdade de direito	Nível 1
UFRGS	Faculdade de direito	Nível 1
UFPR	Setor de Ciências Jurídicas	Nível 1

m) Economia

Levando em consideração que o termo “Ciências econômicas” e Economia são sinônimos na denominação de área do conhecimento, constatou-se que surge como área principal em metade das universidades. Conforme o quadro 16, em duas delas (UFMG e UFRGS) a área possui faculdade exclusiva para o curso de economia.

Na outra metade das universidades a área se liga diretamente às ciências sociais, sendo que em quatro delas se vincula às ciências sociais aplicadas. Na CDU a Economia se encaixa nas ciências sociais.

Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq se enquadra no grupo de Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 16 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Economia

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFAM	Faculdade de Estudos Sociais	Nível 2
UFPE	Centro de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFPB	Centro de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFMG	Faculdades de ciências econômicas	Nível 1
UFRJ	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	Nível 1
UNB	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	Nível 1
UFG	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas	Nível 1
UFRGS	Faculdade de Ciências Econômicas	Nível 1
UFPR	Setor de Ciências Sociais Aplicadas	Nível 2

n) Educação

Conforme o quadro 17, a área de Educação encontra-se em nível de subordinação 1 em 9 universidades.

Da amostra apenas a UFRJ possui a área de educação em nível 2. Ela está subordinada às ciências humanas. Na CDU ela se encaixa nas ciências sociais. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq a Comunicação se enquadra no grupo de ciências humanas.

Quadro 17 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Educação

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de ciências da educação	Nível 1
UFAM	Faculdade de Educação	Nível 1
UFPE	Centro de educação	Nível 1
UFPB	Centro de educação	Nível 1
UFMG	Faculdade de educação	Nível 1
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UNB	Faculdade de Educação	Nível 1
UFG	Faculdade de Educação	Nível 1
UFRGS	Faculdade de Educação	Nível 1
UFPR	Setor de Educação	Nível 1

o) Estatística

Conforme o quadro 18, a área de Estatística possui nível 2 em nove universidades. Somente na UFG a área não se subordina a qualquer outra unidade acadêmica. Quanto à classificação acadêmica, a área se vincula às ciências exatas em todas as universidades. Na CDU é classificada na classe três, ciências sociais, e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq se encontra na grande área de Ciências Exatas e da Terra.

Quadro 18 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Estatística

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de Ciências exatas e naturais	Nível 2
UFAM	Instituto de Ciências Exatas	Nível 2
UFPE	Centro de ciências exatas e da natureza	Nível 2
UFPB	Centro de ciências exatas e da natureza	Nível 2
UFMG	Instituto de Ciências Exatas	Nível 2
UFRJ	Instituto de Matemática	Nível 2
UNB	Instituto de Ciências Exatas	Nível 2
UFG	Instituto de Matemática e Estatística	Nível 1
UFRGS	Instituto de Matemática	Nível 2
UFPR	Setor de Ciências Exatas	Nível 2

p) Geografia

Conforme o quadro 19, a Geografia aparece como área de nível 2 em 9 universidades. Apenas na UFPB não aparece como unidade acadêmica, pois nesta universidade surge como curso de graduação.

Segundo a classificação das unidades acadêmicas a área em questão se enquadra nas Ciências Humanas (quatro ocorrências) ou de Ciências da terra/ Geociências (duas ocorrências).

Na CDU está classificada na classe 9, classe de História e Geografia. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq se enquadra no grupo de Ciências Humanas.

Quadro 19 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Geografia

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de filosofia e ciências humanas	Nível 2
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Nível 2
UFPE	Centro de filosofia e ciências humanas	Nível 2
UFPB	Inexistente	
UFMG	Instituto de Geociências	Nível 2
UFRJ	Instituto de Geociências	Nível 2
UNB	Instituto de Ciências Humanas	Nível 2
UFG	Instituto de estudos sócio-ambientais	Nível 2
UFRGS	Instituto de Geociências	Nível 2
UFPR	Setor de Ciências da Terra	Nível 2

q) História

Conforme o quadro 20 a área de História situa-se no nível 2 de subordinação em 9 universidades e em nível 1 apenas na UFG. Na classificação por unidade acadêmica, a área se enquadra no grupo das ciências humanas em 7 universidades. Na CDU está classificada na classe 9, classe de História, Geografia. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq se enquadra no grupo de Ciências Humanas.

Quadro 20 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de História

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de filosofia e ciências humanas	Nível 2
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Nível 2
UFPE	Centro de filosofia e ciências humanas	Nível 2
UFPB	Centro de ciências humanas, letras e artes	Nível 2
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Nível 2
UNB	Instituto de Ciências Humanas	Nível 2
UFG	Faculdade de História	Nível 1
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Nível 2

r) Sociologia

Conforme o quadro 21, a área de Sociologia encontra-se no nível de subordinação dois em quatro universidades e em nível 3 nas demais. Classifica-se como ciências humanas em sete universidades e como ciências sociais nas restantes. Na CDU está classificada na classe 3 e, na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, se enquadra no grupo de Ciências Humanas.

Quadro 21 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Sociologia

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de filosofia e ciências humanas	Nível 3
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Nível 3
UFPE	Centro de filosofia e ciências humanas	Nível 3
UFPB	Centro de ciências humanas, letras e artes	Nível 3
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UNB	Instituto de Ciências Sociais	Nível 2
UFG	Faculdade de Ciências Sociais	Nível 3
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Nível 2
UFPR	Departamento de Ciências Sociais	Nível 3

s) Teologia

A área de Teologia não foi encontrada em qualquer das universidades pesquisadas.

4.4 Análise das áreas do Grupo dois – aparecem apenas na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq

a) Ciência da Informação /Museologia

Conforme o quadro 22, a área de Museologia somente aparece como unidade acadêmica na UFPA onde se acha subordinada ao Instituto de Artes. Na UnB e UFG ela se vincula à área de Ciência da Informação, como curso. Na organização acadêmica, portanto, pode-se classificar a Museologia na da área de Ciência da Informação ou Artes

Quadro 22 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Museologia

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de artes	Nível 2
UNB	Faculdade de Ciência da Informação	Nível 3
UFG	Faculdade de Ciências Sociais	Nível 3

b) Desenho Industrial

A área de Desenho Industrial só aparece como unidade acadêmica na UnB, subordinada ao Instituto de Artes.

c) Turismo

Conforme o quadro 23, a área de Turismo encontra-se em nível de subordinação 2 em cinco universidades. E em nível 1 na UnB. Está subordinada a várias áreas do conhecimento, desde Ciências Sociais até Geociências. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq se enquadra no grupo de Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 23 – Universidade e respectivas unidades e níveis de subordinação – Área de Turismo

Universidade	Unidade de Subordinação	Nível de subordinação
UFPA	Instituto de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFAM	Inexistente	
UFPE	Centro de ciências sociais aplicadas	Nível 2
UFPB	Centro de ciências humanas, letras e artes	Nível 2
UFMG	Instituto de Geociências	Nível 2
UFRJ	Inexistente	
UNB	Centro de Excelência em Turismo	Nível 1
UFG	Inexistente	
UFRGS	Inexistente	
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Nível 2

d) Arqueologia, Economia Doméstica e Planejamento Urbano e Regional

Estas áreas não aparecem como unidade acadêmica de qualquer das universidades. Na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, Economia Doméstica e Planejamento Urbano e Regional se enquadram no grupo de Ciências Sociais Aplicadas e a Arqueologia, no grupo de Ciências Humanas.

4.5 Considerações sobre as classificações de áreas nas universidades, na CDU e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq

O quadro 24 sintetiza a análise dos três sistemas de organização social do conhecimento. As áreas sinalizadas com um x são as existentes nas três classificações.

Quadro 24 – Inclusão das áreas do conhecimento nas universidades, na CDU e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq

Disciplinas	Universidades	CDU	CNPq
Administração	x	x	x
Antropologia	x	x	x
Arqueologia			x
Arquitetura e Urbanismo*	x	x	x
Ciência da computação/informática*	x	x	x
Ciência da Informação /Museologia	x		x
Ciência da Informação/ Biblioteconomia	x	x	x
Ciência Política / Política	x	x	x
Comunicação	x	x	x
Demografia	x	x	x
Desenho Industrial	x		x
Direito	x	x	x
Economia	x	x	x
Economia Doméstica	-	-	x
Educação	x	x	x
Estatística*	x	x	x
Filosofia	x	x	x
Geografia*	x	x	x
História*	x	x	x
Planejamento Urbano e Regional	-	-	x
Psicologia	x	x	x
Serviço Social/ Assistência Social	x		x
Sociologia	x	x	x
Teologia	-	x	x
Turismo	x	-	x

Foram analisadas as classes zero a três da CDU e as classes de ciências sociais e humanas da tabela de área do conhecimento do CNPq. Nestas áreas a CDU possui menor número de subáreas do que a tabela de áreas do conhecimento do CNPq. Sendo 23 para o primeiro e 15 para o último.

Destas, as universidades contemplam todas as áreas da CDU e vinte da tabela do conhecimento. Deve-se ressaltar que existem 18 áreas afins entre as duas classificações, sendo que estas se encontram nas classes selecionadas da CDU e três em outras classes.

Das áreas que estão apenas na Tabela de Áreas do conhecimento do CNPq, somente três aparecem na classificação acadêmica. Sendo que a área de Arquivologia não aparece como unidade acadêmica e sim como curso; a área de Desenho Industrial se destaca como departamento dentro da UnB e a área de Turismo oscila entre não ter representatividade em algumas universidades (não existir ou ser área de pesquisa) e ter, por outro lado, centros de pesquisa dedicados ao turismo.

Após a análise do quadro 24, chegamos a 21 áreas a serem sistematizadas, pois as áreas de Arqueologia, Economia Doméstica, Planejamento Urbano e Regional e Teologia não aparecem como unidades acadêmicas em qualquer das universidades.

Ao analisar as áreas e respectivas subordinações nos três sistemas, percebem-se algumas diferenças entre as classificações, como exposto no quadro 25.

Quadro 25 – Classificação das disciplinas nas universidades, na CDU e na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq

Disciplinas	Universidades	CDU	CNPq
Administração	CSA	Classe 3	CSA ²
Antropologia	CSA / CH/ CS	Classe 3	CH ³
Arqueologia			CH
Arquitetura e Urbanismo	Artes/Tecnologia	Classe 7	CSA
Ciência da computação/informática	CE	Classe 0	CE ⁴
Ciência da Informação/ Museologia	CSA	Classe 0	CSA
Ciência da Informação/ Biblioteconomia	CSA	Classe 0	CSA
Ciência Política / Política	CH	Classe 3	CH
Comunicação	Comunicação	Classe 3	CSA
Demografia	Economia	Classe 3	CSA
Desenho Industrial	Artes	Classe 7	CSA
Direito	Direito	Classe 3	CSA
Economia	Economia	Classe 3	CSA
Economia Doméstica			CSA
Educação	Educação	Classe 3	CH
Estatística	CE	Classe 3	CE
Filosofia	Filosofia	Classe 1	CH
Geografia	CH	Classe 9	CH
História	CH	Classe 9	CH
Planejamento Urbano e Regional			CSA
Psicologia	CH	Classe 1	CH
Serviço Social/ Assistência Social	CH	Classe 3	CSA
Sociologia	CH	Classe 3	CH
Teologia		Classe 2	CH
Turismo	CH	Classe 7	CSA

² Ciências sociais aplicadas – CSA

³ Ciências Humanas - CH

⁴ Ciências Exatas - CE

A análise do quadro 25 nos remete a algumas considerações:

- A área de administração é classificada como ciência social aplicada nas universidades e no CNPq, ao passo que na CDU surge como ciência social.
- A área de Antropologia é a área que possui mais subdivisões, pois nas universidades aparece vinculada às ciências humanas, sociais e sociais aplicadas. Na CDU é classificada como ciências sociais, e pelo CNPq faz parte da área das ciências humanas.
- As áreas de Arquitetura e Urbanismo e Desenho Industrial encontram-se na classe sete (artes) da CDU e são classificadas na tabela do CNPq como ciências sociais aplicadas. Já na classificação acadêmica, na maioria das vezes, subordinam-se à área de artes.
- A área de Ciência da Computação está classificada como generalidades (classe 0) na CDU, todavia tanto na tabela do CNPq quanto nas universidades ela é classificada como ciências exatas.
- A área de Estatística é classificada na CDU como ciências sociais, mas nas universidades e tabela do CNPq se agrupa à área de ciências exatas.
- As áreas de Comunicação, Direito, Economia, Educação e Filosofia possuem classificação própria tanto na CDU quanto nas universidades, mas no CNPq as três primeiras são classificadas como ciências sociais aplicadas e as duas últimas, como ciências humanas.
- As áreas de Geografia e História são classificadas na CDU em uma classe própria que engloba as duas áreas, a classe 9 (Geografia, História e Biografia). Na tabela do CNPq e nas universidades aparecem na classe de ciências humanas.
- A área de Psicologia é classificada na CDU em uma classe própria (classe 1) e nas universidades e CNPq como ciências humanas.
- A área de Serviço Social/ Assistência Social é classificada como ciências humanas nas universidades; no CNPq como ciências sociais aplicadas, e na CDU como ciências sociais.
- A área de Sociologia é classificada como ciências humanas nas universidades e CNPq e como ciências sociais na CDU.
- A área de Teologia possui classificação própria na CDU (classe 2) e é classificada como ciências humanas no CNPq.

- A área de Turismo é classificada como ciência humana nas universidades; na CDU é classificada na classe 7 (artes) e como ciência social aplicada no CNPq.

Na metodologia foram definidos níveis de subordinação dentro da estrutura acadêmica. Diante disso ficaram definidos três níveis de subordinação. Em cada universidade foi efetuada uma análise atribuindo-se a cada disciplina/ universidades níveis de subordinação.

O quadro 26 apresenta sistematização da distribuição das áreas de acordo com o nível de classificação observado como mais freqüente nos três tipos de classificação analisados (CDU, Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq e classificação acadêmicas)

Para determinar a vinculação de uma área na classificação adotada nas universidades, foi considerada a freqüência de vinculação de cada área em cada uma das universidades. O nível de subordinação e a vinculação a sua grande área foi definida levando em conta aquela de maior freqüência nas dez universidades. No caso de empate, o encaixe foi feito no nível mais alto encontrado.

Inicialmente, observou-se que apenas a área de direito sempre se encontra em nível 1 de subordinação. Isso significa que não está subordinada a qualquer unidade acadêmica (institutos, faculdades, centros, dentre outros).

As áreas de Filosofia, Comunicação, Economia e Educação foram classificadas como nível 1. As disciplinas de nível 2 aparecem subordinadas às grandes áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Exatas e Artes. Nesse caso, as grandes áreas comporam juntamente como as áreas de nível 1, o primeiro nível de subordinação.

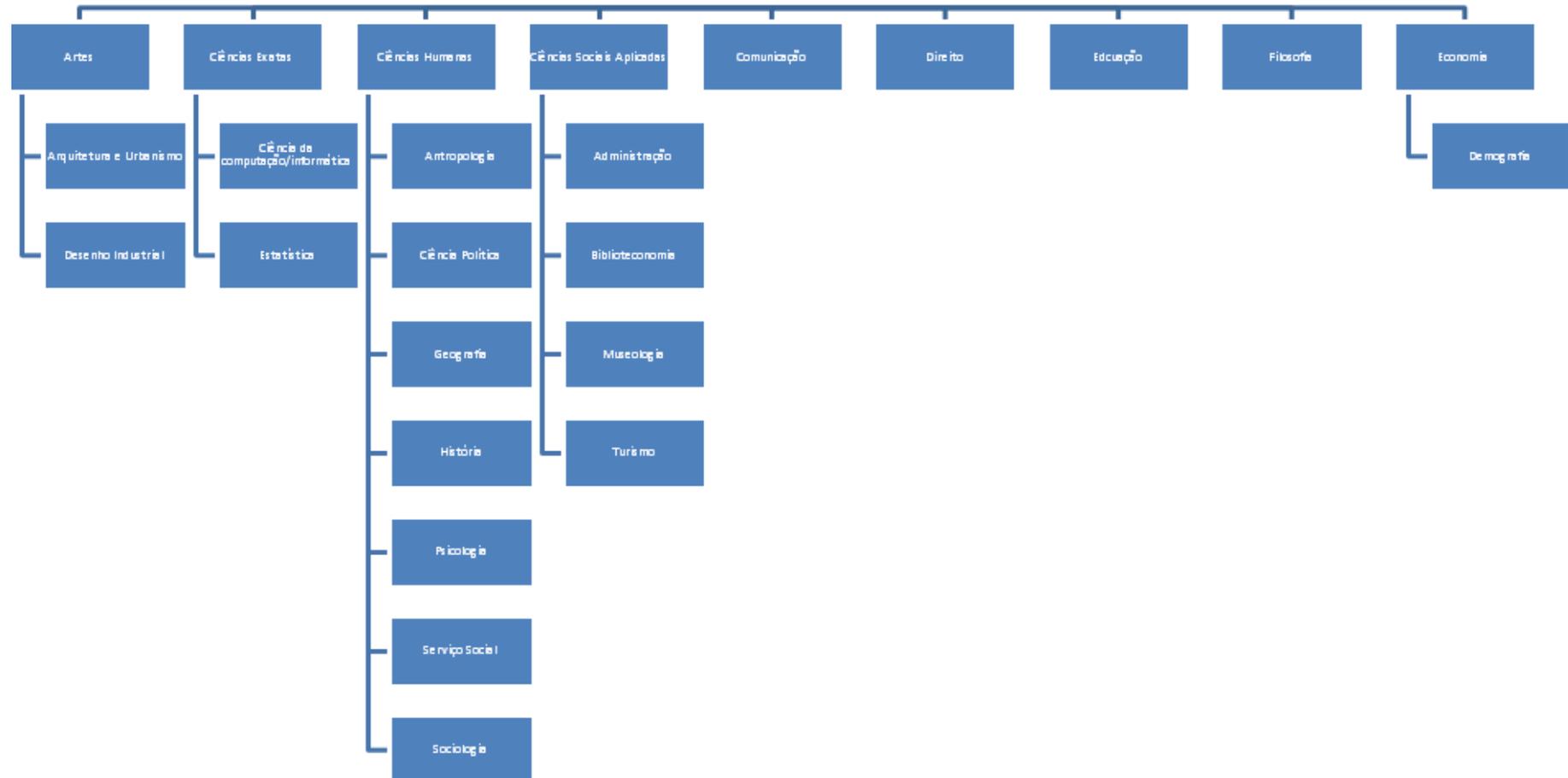
Quadro 26 – Subordinação das áreas do conhecimento

Áreas do conhecimento	Área vinculada
Administração	Ciências Sociais Aplicadas
Antropologia	Ciências Humanas
Arquitetura e Urbanismo	Artes
Ciência da computação/informática	Ciências Exatas
Ciência da Informação /Museologia	Ciências Sociais Aplicadas
Ciência da Informação/ Biblioteconomia	Ciências Sociais Aplicadas
Ciência Política / Política	Ciências Humanas
Comunicação	Comunicação
Demografia	Economia
Desenho Industrial	Artes
Direito	Direito
Economia	Economia
Educação	Educação
Estatística*	Ciências Exatas
Filosofia	Filosofia
Geografia*	Ciências Humanas
História*	Ciências Humanas
Psicologia	Ciências Humanas
Serviço Social/ Assistência Social	Ciências Humanas
Sociologia	Ciências Humanas
Turismo	Ciências Sociais Aplicadas

Não houve qualquer disciplina classificada como nível 3. As disciplinas que não aparecem no quadro 26, obtiveram classificação, pois a área inexistente ou não possui representatividade na universidade.

A figura 13 apresenta a hierarquia de áreas, como produto final da análise efetuada e procura refletir a visão de maior consenso nos três sistemas de organização social do conhecimento analisados.

Figura 13 – Sistematização das áreas do conhecimento



5. Conclusão e Recomendações

Este trabalho teve como objetivo analisar a organização social do Conhecimento em universidades federais Brasileiras e em sistemas de organização social, mais especificamente, a classificação decimal universal (CDU) e a tabela de áreas do conhecimento do CNPq, a fim de identificar as características destas classificações e caracterizar a organização social do conhecimento. A amostra de universidade foi constituída por duas universidades de cada região do Brasil (UFPA, UFAM, UFPE, UFPB, UFMG, UFRJ, UNB, UFG, UFRGS, UFPR).

Ao pesquisar sobre o assunto evidencia-se a carência de pesquisa sobre o tema organização social do conhecimento no Brasil, pois poucos textos foram encontrados sobre o assunto. Ao analisar os documentos encontrados na literatura, percebe-se que há uma tênue diferença entre a OSC e a OIC, pois ambas consistem em descrições e representações de partes do mundo (HJØRLAND, 2007a). A diferença essencial é que a primeira é preocupada em saber como a realidade está estruturada e descreve a organização sócio-política dos produtores, intermediários e usuários da informação na sociedade e, portanto, descreve a existência de diversos sistemas de informação encontrada na sociedade. A última por sua vez se atém às características dos elementos e seus conceitos.

Há semelhanças e diferenças na forma de organização adotada pelas diferentes universidades federais analisadas, conforme discutido no capítulo quatro. As diferenças apontadas permitem concluir que a organização social do conhecimento sofre realmente interferência de fatores sociais e políticos e reflete a realidade de cada instituição, levando em conta fatores que vão além do agrupamento de áreas que possuem características comuns.

Neste sentido, observa-se que houve semelhança na classificação das unidades entre as universidades do norte e do nordeste (UFPE e UFPB). No centro-oeste (UnB e UFG) também houve similaridade na organização entre as instituições da região. Outro exemplo que pode ilustrar a influência dos fatores sociais, econômicos e políticos na organização social do conhecimento é o fato da UnB, localizada na capital do Brasil, centro das decisões políticas do país, ser a única universidade que possui um instituto de ciência política. Nas demais universidades a área de ciência política encontra-se subordinada a algum centro ou instituto.

Fatores intrínsecos à própria instituição podem, também, influir na organização social do conhecimento. A UFRJ apresentou o maior número de ramificações em sua estrutura. Como é a maior universidade dentre as pesquisadas, pode-se inferir que o tamanho da instituição é um fator que se reflete no modelo de organização social aplicado.

Ao analisar a organização social das universidades em paralelo à CDU e à tabela de áreas do conhecimento do CNPq, é possível concluir que determinadas áreas apresentam maior discrepância do ponto de vista de sua classificação. Exemplo disto é a antropologia, que, nas universidades essa área encontra-se subordinada por vezes às ciências sociais aplicadas, ou, simplesmente, ciências sociais, e em outros casos, às ciências humanas. Na CDU está na classe de ciências sociais e no CNPq na área de ciências humanas.

A área de arquitetura e urbanismo também tem classificações distintas nas três classificações analisadas. Outra área que chama a atenção é a demografia, pois aparece como área subordinada à economia. Observando o conteúdo programático do curso ele se encaixaria melhor dentro da área de geografia e não economia.

Por outro lado, há áreas em que a coincidência é total, como no caso da administração, sempre enquadrada como ciências sociais aplicadas. Outro fato que se destaca é a área de direito, sempre colocada como primeiro nível de estrutura dentro de todas as universidades analisadas. Dentre as universidades pesquisadas a que tem seu sistema organizacional mais parecido com a tabela de áreas do conhecimento é a UFMG, ela possui em sua estrutura acadêmica quase todas as áreas que compõem a tabela citada. Conclusões acerca dessas características específicas de cada área dependeriam do levantamento de fatores históricos, sociais e políticos que extrapolam esta pesquisa.

A figura 13 apresenta uma sistematização dentro das áreas de ciências humanas e sociais, de modo que facilite a compreensão da compilação dos dados obtidos na pesquisa e sugerir um futuro sistema de organização social das áreas citadas dentro das universidades ou até mesmo auxiliar no desenvolvimento de uma nova tabela de áreas do conhecimento do CNPq dentro das ciências humanas e sociais. As áreas de exatas foram computadas porque os cursos de Estatística e Ciência da Computação apareceram subordinados a algumas unidades acadêmicas das áreas de ciências humanas e sociais e optou-se por citá-las na sistematização.

Para estudos futuros, esta pesquisa sugere que se faça uma busca mais aprofundada do desenvolvimento das unidades acadêmicas, com análise de documentos institucionais e entrevistas. Sugere também utilizar como universo a ser estudado, o restante da tabela de áreas do conhecimento do Cnpq, CDU e universidades.

É interessante também a realização de mais pesquisas relacionadas às teorias sobre a organização social do conhecimento para se conhecer melhor a área e com isso aparecer características que realmente a diferenciem da organização intelectual do conhecimento.

Referências Bibliográficas

ANDERSEN, Jack; SKOUVIG, Laura. Knowledge organization: a sociohistorical analysis and critique. **Library Quarterly**, v. 76, n. 3, p. 300–322, 2006. Disponível em:
<http://www.iva.dk/binaries/knowledge%20organization%20a%20sociohistorical%20analysis_1.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2011.

ANJOS, Liane dos. **Sistemas de classificação do conhecimento na filosofia e na biblioteconomia**: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, de categoria e de faceta. 2008. 290 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.32, n.3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/29>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Análise temática da produção científica em Comunicação no Brasil baseada em um sistema classificatório facetado**. 2005. 427 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n. 22, p. 117-140, 2006. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/296/368> >. Acesso em: 05 fev. 2011.

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. São Paulo: Editora Arx, 2003.

ARTÊNCIO, Luciane Maria. **Princípios de categorização nas linguagens documentárias**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e artes, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

AZEREDO, Antonio Serafim. O problema da neutralidade científica e suas complicações na ciência jurídica. **Movendo Ideias**, Belém. v. 6, n. 9, p. 25-29, jul. 2001. Disponível em:

<http://arquivos.unama.br/nead/graduacao/cesa/direito/1semestre/sociologia_geral_juridica/material/pdf/apd_a.pdf >. Acesso em: 11 jun. 2011.

BARBOSA, Alice. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BARNES, Barry. *Scientific Knowledge and Sociological Theory*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1977.

BARNES, Harry Elmer; BECKER, Howard. **Historia del pensamiento social**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1945. 2 v.

BARRETO, ALDO DE ALBUQUERQUE. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p.67-74, July 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13563.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2011.

BASTOS, Flávia Maria. **Organização do conhecimento em bibliotecas digitais de teses e dissertações**: análise da aplicabilidade das teorias macroestruturais para categorização de áreas de assunto. 2005. 111 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.

BEAL, A. **Gestão Estratégica da Informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

BECKER, Howard; DAHLKE, Helmut Otto. Max Scheler's Sociology of Knowledge. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 2, n.3, p.310-322, 1942.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 239 p.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br> >. Acesso em: 31 out. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES **Portaria nº 83 de 06 junho de 2011**. Cria novas áreas do conhecimento. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_083_Cria_novas_areas.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2011

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de áreas do conhecimento**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em: 25 ago. 2001

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.860, de 9 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm>. Acesso em: 26 nov. 2010.

BRASIL. **Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 26 nov. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 nov. 2010.

BROWN, James Duff. **Library classification and cataloguing**. Grafton: Universidade de Michigan, 1916.

BRUZINGA, Graciane Silva; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Indexação automática e semântica: estudo da análise do conteúdo de teses e dissertações. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007, Salvador. **Anais**. Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--117.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 239p.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa. In: **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. 192 p.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida Campos. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CARLAN, Eliana. **Sistemas de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da ciência da informação. 2010. 195 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CATARINO, Maria Elisabete; BAPTISTA, Ana Alice Baptista. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, jun. 2007. artigo 4. Disponível em: http://www.datagramazero.org.br/jun07/Art_04.htm. Acesso em: 29 ago 2009.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHALMERS, Alan F. **What is this thing called science?** An Assessment of the Nature and Status of Science and Its Methods. Australia: University of Queensland Press, 1976.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n.254, p.1-15, set./dez.2003.

CHERNYI, A. I. **On the problems of organization and representation of knowledge**. *International* . Forum on Information and Documentation, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 3-10, 1997.

COELHO, Kellen da Silva; VOLPATO, Silvia Maria Berté. A universidade e o seu significado social. In: Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América Del Sur, 3, 2003, Buenos Aires. **Anais**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Mar del Prata, 2003. Disponível em: < http://rapes.unsl.edu.ar/Congresos_realizados/Congresos/III%20Encuentro/Completos/DA%20SILVA.pdf >. Acesso em: 25 nov. 2010.

CONSORCIO CDU FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO.
Classificação decimal universal: edição-padrão internacional em língua portuguesa. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia 1997. 2 v.

COSTA, Antonio Firmino. Classificações sociais. **Leitura**. Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, abr. 1998.

COSTA, Clara Bessa da. Guia digital de fontes de informação nas áreas de tesouro e ontologia. 2005. 38 f., il. Monografia (Curso de Graduação em Biblioteconomia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

DAHLBERG, Ingetraut. Current trends in knowledge organization. In: GARCÍA MARCO, Javier (Ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza, 1995. p. 7-26.

DAHLBERG, Ingetraut. **Knowledge Organization**. 2006. Disponível em: <http://www.db.dk/bh/Lifeboat_KO/CONCEPTS/knowledge_organization_Dahlberg.htm>. Acesso em: 01 jul. 2011.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v.7, n.2, p.101-107, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1680/1286>>. Acesso em: 05 fev. 2011.

ELIAS, Norbert. Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a02v23n3.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2010.

ENCYCLOPEDIA of philosophy. New york: Macmillan and Co., 1967. 8 v.

ENGELS, Friedrich. **Carta de Friedrich Engels a Franz Mehring:** 14 de Julho de 1893. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels140793.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; FERREIRA, Marina Baird; SILVEIRA, Alzira Malaquias da (Coord.). **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. I, 2222 p.

FOSKETT, A.C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono, 1973.

FURNER, J.; TENNIS, J. Social classification: panacea or pandora? In: Annual ASIS&T SIG/CR Classification Research Workshop, 17. 2006, Austin, TX. **Call for papers...** Austin, 2006. Disponível em: <<http://ella.slis.indiana.edu/~klabarre/SIGCR.html>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

GARCÍA MARCO, Javier. Los contenidos y la secuencia docente de la organización del conocimiento: una propuesta interdisciplinar. In: GARCÍA MARCO, Javier (Ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza, 1995. p. 219-228.

GOMES, Hagar. TENDÊNCIAS DA PESQUISA EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.2, n.1, 2009. Disponível em:<<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/16/38> >. Acesso em: 05 fev. 2011.

GRAEF, Jean. **A Taxonomy Community of Practice**. The Montague Institute Review. 2000. Disponível em:<<http://www.montague.com/abstrats/taxoncop.html>>. Acesso em: 20 set. 2009.

HJØRLAND, Birger. **Intellectual organization of knowledge**. 2007a. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/Lifeboat_KO/CONCEPTS/intellectual_organization_of_knowledge.htm. Acesso em: 20 ago. 2009.

HJØRLAND, Birger. **Knowledge organization systems (KOS)**. 2007b. Disponível em: <http://www.db.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/knowledge_organization_systems.htm>. Acesso em: 20 ago. 2009.

HJØRLAND, Birger. **Social organization of knowledge**. 2007c. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/Lifeboat_KO/CONCEPTS/social_organization_of_knowledge.htm. Acesso em: 20 ago. 2009.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files**. Washington: the Council on Library and Information Resources, 2000. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.html>>. Acesso em: 28 set. 2009.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/classocupacoes/classocupacoes.php?sl=1>>. Acesso: 01 jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Comissão Nacional de Classificação**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/default.php>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/concla/pub/revisao2007/PropCNAE20/CNAE20_Introducao.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO/TR 14177**: Classification of information in the construction industry. Geneva, 1994.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 704**: terminology work – Principles and methods. Geneva, 2000.

KOCHEN, Manfred (Ed.). **The growth of knowledge**. New York: John Wiley & Sons, 1967.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1962. 210 p.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. 120 p.

LAZARFELD, P.F., MACKENZIE, W.J.M y Piaget, J. (eds.). **Tendencias de la investigación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza, 1970.

LEITE, Fernando César Lima. **Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico**: proposta de um modelo conceitual. 2006. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 77-87, abr. 2003 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2011.

LOWY, Michael. **Ideologia e ciências sociais**: elementos para uma análise marxista. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO NETO, A. L. **Formação e temática da sociologia do conhecimento**. São Paulo: EDUSP, 1979. 240 p.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MANNHEIM, Karl; MERTON, Robert King; MILLS, C. Wright. **Sociologia do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 143 p.

MATHEUS, Carlos. Max Scheler e a gênese axiológica do conhecimento. **Margem**, São Paulo, n.16, p. 13-27, dez. 2002.

MCGEE, James V; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 244 p.

MERTON, Robert King. **Teoria y estructura sociales**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1984. 647 p.

MEYER, J.W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. In: MEYER, J.W.; SCOTT, W.R. **Organizational environments ritual and rationality**. London: Sage, 1992. p. 41-62

MICHAELIS: dicionário prático língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Revista África e Africanidades**, v.1, n. 4 , fev. 2009. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com/documentos/A_organizacao_do_etnoconhecimento.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2010.

MOLERO-SIMARRO, Ricardo. La aplicación de la sociología compleja del conocimiento a la historia del pensamiento económico. **Cinta moebio**, Santiago, n. 37, março 2010. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-554X2010000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 29 jul. 2010.

MOMM, Christiane Fabíola; LESSA, Rafael Orivaldo. Sistema de classificação bibliográfica e a conceituação do turismo: uma visão da CDU. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p.141-154, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a10.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

MONTEIRO, Silvana Drumond. A organização virtual do conhecimento no ciberespaço. **DatagGamaZero**, v. 4, n. 6, p. 1-24, dez. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez03/Art_05.htm>. Acesso em: 17 fev. 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 190 p.

NIETO OLARTE, Mauricio. El público y las políticas de ciencia y tecnología. **Interciencia**, v.27, n.2, p.80-83, fev. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442002000200008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2010.

ODDONE, Nanci. Revisitando a "epistemologia social": esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, v.36, n.1, p. 108-123, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a08v36n1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

OLIVEN, Arasela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 31-41.

PERELMAN, Chaim. **Réflexions Philosophiques sur la Classification**. Bruxelles: Éditions J. Duculot S.A. Gembloux. 1963.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINTO, Gabriela R. P. R.; PEREIRA, Hernane B. DE B. BURNHAM, Teresinha F. Definição de uma ontologia para os canais preferenciais de difusão do conhecimento técnico-científico: fase de preparação. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 6., 2005, Salvador. **Anais**. Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/GabrielaPintoHernanePereiraTeresinhaBurnham.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

POMBO, Olga. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2002. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

POPPER, K. R. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

RABELLO, Rodrigo; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da organização do conhecimento: elementos para uma reflexão. In: ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília, 2006. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewpaper.php?id=208>>. Acesso em: 16 maio 2011.

RODRIGUES JÚNIOR, Léo. Karl Mannheim e os problemas epistemológicos da sociologia do conhecimento: é possível uma solução construtivista. **Episteme**, n. 14, p. 115-138, jan./jul.2002. Disponível em: <http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero14/episteme14_artigo_rodrigues_jr.pdf>. Acesso em: 23 out. 2010.

ROUANET, Sergio Paulo. **Razão cativa**: As ilusões da consciência: de Platão a Freud. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 316 p.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção de uma categoria**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

SCHELER, Max. **A posição do homem no cosmos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

SEMANTIC WEB. Disponível em: <semanticweb.org>. Acesso em: 01 dez. 2011.

SETZER, Valdemar W. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero**, n. 0, dez/99, ARTIGO 01 . Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez99/Art_01.htm>. Acesso em: 03 mar. 2009.

SILVA, Odilon Pereira da; GANIN, Fátima. **Manual da CDU**. Brasília: Briquet de Lemos, 1994. 89 p.

SOERGEL, Dagobert. **Dokumentation und Organisation des Wissens. Versuch einer methodischen und theoretischen Grundlegung am Beispiel der Sozialwissenschaften**. Berlin: Duncker und Humblot; 1971. 380 p.

SOUZA, José Soares da. **Classificação**: sistemas de classificação bibliográfica. 2.ed. São Paulo: Martins, 1963.

SOUZA, Rosali Fernandez. Organização e representação de áreas do conhecimento em ciência e tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso de informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n.esp., 2006.

SOUZA, Sebastião de. **CDU: como entender e utilizar a edição-padrão internacional em língua portuguesa**. 3. ed. Brasília: Thesaurus, 2004. 108 p.

SPROTT, Walter John Herbert. **Introduccion a la sociologia**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1964. 252 p.

SRIVASTAVA, Anand P. **Theory of knowledge classification in libraries**. New Delhi: Lakshmi book, 1964.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas**. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/sistema_ensino_superior.pdf>. Acesso em: 23 set. 2010.

TERRA, C.J. et al. **Taxonomia: elemento fundamental para a gestão do conhecimento**. Disponível em:

<http://www.terraforum.com.br/lib/pages/viewdocphp?from=map&l_intDocCod=102>. Acesso em: 30 ago. 2009.

TIERNO GALVÁN, Enrique. **Conocimiento y ciencia sociales**. Madrid: Tecnos, 1966.

TRISTAO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jan. 2011.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em: 01 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Disponível em: <www.ufpb.br/>. Acesso em: 01 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Disponível em: <www.ufg.br/>. Acesso em: 01 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <www.ufmg.br>. Acesso em: 01 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Disponível em: <www.ufpe.br>. Acesso em: 01 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Disponível em: <www.ufam.edu.br>. Acesso em: 01 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Disponível em: <www.portal.ufpa.br>. Acesso em: 01 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em: <www.ufpr.br>. Acesso em: 01 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.ufrj.br>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Inteligência Competitiva em Organizações: dado, informação e conhecimento. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.3, n.4, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>> Acesso em: 11 mar. 2009.

WAL, Thomas Vander. **Folksonomy**: definition and wikipedia. 2006. Disponível em: <<http://www.vanderwal.net/random/entrysel.php?blog=1750>>. Acesso em: 01 set. 2009.

WHITLEY, R. **The intellectual and social organization of the sciences**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade**: o uso humano dos seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1970.

Apêndice A - Escolha da amostra - Universidades Federais Brasileiras por região

Quadro 27 - Universidades Federais Brasileiras por região

Região	Estado	Instituição	Número de docentes	Cursos de graduação
Centro-Oeste	Distrito Federal	Universidade de Brasília – UnB	2209	73
	Goiás	Universidade de Goiás - UFG	2519	54
	Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	1815	55
	Mato Grosso do Sul	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFSM	1421	44
Nordeste	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas - UFAL	1437	60
	Bahia	Universidade Federal da Bahia - UFBA	3606	105
	Ceará	Universidade Federal do Ceará - UFC	1775	69
	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	1036	53
	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	3652	110
	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	4869	112
	Piauí	Universidade Federal do Piauí - UFPI	1728	62
	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	2916	81
	Sergipe	Universidade Federal de Sergipe - UFS	1339	84

Norte	Acre	Universidade Federal do Acre - UFAC	595	121
	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	1617	105
	Amapá	Universidade Federal do Amapá - UNIFAP	284	30
	Pará	Universidade Federal do Pará- UFPA	3043	51
	Rondônia	Universidade Federal de Rondônia - UNIR	602	50
	Roraima	Universidade Federal de Roraima - UFRR	331	27
	Tocantins	Universidade Federal do Tocantins - UFT	782	28
Sudeste	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	1575	64
	Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	2376	80
	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	7421	
		Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO		39
	São Paulo	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	2744	69
Sul	Paraná	Universidade Federal do Paraná - UFPR	4156	66
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	13784	64
	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	2439	54

Apêndice B – Universidades x CDU e Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq

Quadro 28 - Biblioteconomia

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Departamento	Ciências sociais aplicadas	Classe 0	Ciências Sociais Aplicadas
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Departamento	Ciências Humanas		
UFPE	Centro de Artes e Comunicação	Departamento			
UFPB	Centro de Ciências Aplicadas e Educação	Departamento			
UFMG	Escola de Ciência da Informação	Escola	Ciência da Informação		
UFRJ	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	Departamento			
UNB	Faculdade de Ciência da Informação	Faculdade	Ciência da Informação		
UFG	Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia	Faculdade	Biblioteconomia		
UFRGS	Departamento de Ciências da Informação	Faculdade	Ciência da Informação		
UFPR	Setor de Ciências Sociais Aplicadas		Ciências sociais aplicadas		

Quadro 29 - Ciência da Computação

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Curso	Ciências Exatas	Classe 0	Ciências Exatas
UFAM	Instituto de Ciências Exatas	Departamento	Ciências Exatas		
UFPE	Centro de Informática	Centro	Informática		
UFPB	Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Departamento	Ciências Exatas		
UFMG	Instituto de Ciências Exatas	Departamento	Ciências Exatas		
UFRJ	Núcleo de Computação Eletrônica	Núcleo	Computação		
UNB	Instituto de Ciências Exatas	Departamento	Ciências Exatas		
UFG	Instituto de Informática	Instituto	Informática		
UFRGS	Instituto de Informática	Instituto	Informática		
UFPR	Setor de Ciências Exatas	Departamento	Ciências Exatas		

Quadro 30 – Filosofia

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Faculdade	Filosofia	Classe 1	Ciências Humanas
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Departamento	Ciências Humanas		
UFPE	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Filosofia		
UFPB	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Filosofia		
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Filosofia		
UNB	Instituto de Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFG	Faculdade de Filosofia	Faculdade	Filosofia		
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Filosofia		
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		

Quadro 31 – Psicologia

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Faculdade de Psicologia	Faculdade	Psicologia	Classe 1	Ciências Humanas
UFAM	Faculdade de Psicologia	Faculdade	Psicologia		
UFPE	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFPB	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFRJ	Instituto de Psicologia	Instituto	Psicologia		
UNB	Instituto de Psicologia	Instituto	Psicologia		
UFG	Faculdade de Educação	Área	Educação		
UFRGS	Instituto de Psicologia	Instituto	Psicologia		
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		

Quadro 32 – Administração

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Faculdade	Ciências sociais aplicadas	Classe 3	Ciências Sociais Aplicadas
UFAM	Faculdade de Estudos Sociais	Departamento	Ciências Sociais		
UFPE	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Departamento	Ciências sociais aplicadas		
UFPB	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Faculdade	Ciências sociais aplicadas		
UFMG	Faculdade de Ciências Administrativas	Faculdade	Administração		
UFRJ	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	Departamento	Administração		
UNB	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	Departamento	Administração		
UFG	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas	Curso	Administração		
UFRGS	Escola de Administração	Escola	Administração		
UFPR	Setor de Ciências Sociais Aplicadas	Departamento	Ciências sociais aplicadas		

Quadro 33– Antropologia

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Faculdade	Ciências Humanas	Classe 3	Ciências Humanas
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Departamento	Ciências Humanas		
UFPE	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Curso	Ciências Sociais Aplicadas		
UFPB	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Área	Ciências Humanas		
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Curso	Ciências Humanas		
UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Departamento	Ciências Sociais		
UNB	Departamento de Antropologia	Departamento	Antropologia		
UFG	Faculdade de Ciências Sociais	Curso	Ciências Sociais		
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		

Quadro 34- Arquitetura e Urbanismo

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Tecnologia	Faculdade	Tecnologia	Classe 7	Ciências Sociais Aplicadas
UFAM	Inexistente				
UFPE	Centro de Artes e Comunicação	Departamento	Artes		
UFPB	Centro de Tecnologia	Departamento	Tecnologia		
UFMG	Escola de Arquitetura	Escola	Arquitetura		
UFRJ	Centro de Letras e Artes	Faculdade	Artes		
UNB	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Faculdade	Arquitetura		
UFG	Faculdade de Artes Visuais	Curso	Artes		
UFRGS	Faculdade de Arquitetura	Faculdade	Arquitetura		
UFPR	Setor de Tecnologia	Departamento	Tecnologia		

Quadro 35 - Assistência Social/ Serviço Social

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Faculdade	Ciências Sociais Aplicadas	Classe 3	Ciências Sociais Aplicadas
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Departamento	Ciências Humanas		
UFPE	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Departamento	Ciências Sociais Aplicadas		
UFPB	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		
UFMG	Inexistente				
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Escola	Ciências Humanas		
UNB	Instituto de Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFG	Inexistente				
UFRGS	Inexistente				
UFPR	Inexistente				

Quadro 36 - Ciência Política

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Área	Ciências Humanas	Classe 3	Ciências Humanas
UFAM	Inexistente				
UFPE	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFPB	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Área	Ciências Humanas		
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Departamento	Ciências Sociais		
UNB	Instituto de Ciência Política	Instituto	Ciência Política		
UFG	Inexistente				
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFPR	Departamento de Ciências Sociais	Linha de pesquisa	Ciências Sociais		

Quadro 37 - Comunicação

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Letras e Comunicação	Faculdade	Comunicação	Classe 3	Ciências Sociais Aplicadas
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Departamento	Ciências Humanas		
UFPE	Centro de artes e comunicação	Departamento	Comunicação		
UFPB	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Escola	Ciências Humanas		
UNB	Faculdade de Comunicação	Faculdade	Comunicação		
UFG	Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia	Faculdade			
UFRGS	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Departamento	Comunicação		
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		

Quadro 38 – Direito

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Ciências Jurídicas	Faculdade	Direito	Classe 3	Ciências Sociais Aplicadas
UFAM	Faculdade de Direito	Faculdade	Direito		
UFPE	Centro de Ciências Jurídicas	Centro	Direito		
UFPB	Centro de Ciências Jurídicas	Centro	Direito		
UFMG	Faculdade de Direito	Faculdade	Direito		
UFRJ	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	Centro	Direito		
UNB	Faculdade de Direito	Faculdade	Direito		
UFG	Faculdade de Direito	Faculdade	Direito		
UFRGS	Faculdade de Direito	Faculdade	Direito		
UFPR	Setor de Ciências Jurídicas	Setor	Direito		

Quadro 39 - Economia

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Faculdade	Ciências Sociais Aplicadas	Classe 3	Ciências Sociais Aplicadas
UFAM	Faculdade de Estudos Sociais	Departamento	Ciências Sociais		
UFPE	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Departamento	Ciências Sociais Aplicadas		
UFPB	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Departamento	Ciências Sociais Aplicadas		
UFMG	Faculdades de Ciências Econômicas	Departamento	Ciências econômicas		
UFRJ	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	Instituto	Ciências econômicas		
UNB	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	Departamento	Ciências econômicas		
UFG	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas	Curso	Ciências econômicas		
UFRGS	Faculdade de Ciências Econômicas	Departamento	Ciências econômicas		
UFPR	Setor de Ciências Sociais Aplicadas	Departamento	Ciências Sociais Aplicadas		

Quadro 40 - Educação

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Ciências da Educação	Instituto	Educação	Classe 3	Ciências Humanas
UFAM	Faculdade de Educação	Faculdade	Educação		
UFPE	Centro de Educação	Centro	Educação		
UFPB	Centro de Educação	Centro	Educação		
UFMG	Faculdade de Educação	Faculdade	Educação		
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Centro	Ciências Humanas		
UNB	Faculdade de Educação	Faculdade	Educação		
UFG	Faculdade de Educação	Faculdade	Educação		
UFRGS	Faculdade de Educação	Faculdade	Educação		
UFPR	Setor de Educação	Setor	Educação		

Quadro 41 - Estatística

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Faculdade	Ciências Exatas	Classe 3	Ciências Exatas
UFAM	Instituto de Ciências Exatas	Departamento	Ciências Exatas		
UFPE	Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Departamento	Ciências Exatas		
UFPB	Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Departamento	Ciências Exatas		
UFMG	Instituto de Ciências Exatas	Departamento	Ciências Exatas		
UFRJ	Departamento de Métodos Estatísticos	Curso	Estatística		
UNB	Instituto de Ciências Exatas	Departamento	Ciências Exatas		
UFG	Instituto de Matemática e Estatística	Curso	Estatística		
UFRGS	Instituto de Matemática	Departamento	Matemática		
UFPR	Setor de Ciências Exatas	Departamento	Ciências Exatas		

Quadro 42 - Geografia

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Faculdade	Ciências Humanas	Classe 9	Ciências Humanas
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Departamento	Ciências Humanas		
UFPE	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFPB	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		
UFMG	Instituto de Geociências	Departamento	Geociências		
UFRJ	Inexistente				
UNB	Instituto de Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFG	Instituto de Estudos Sócio-ambientais	Curso	Geociências		
UFRGS	Inexistente				
UFPR	Setor de Ciências da Terra	Departamento	Geociências		

Quadro 43 - História

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Faculdade	Ciências Humanas	Classe 9	Ciências Humanas
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Departamento	Ciências Humanas		
UFPE	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFPB	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Departamento	Ciências Sociais		
UNB	Instituto de Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFG	Faculdade de História	Faculdade	História		
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFPR	Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento	Ciências Humanas		

Quadro 44 - Sociologia

Universidade	Unidade subordinada	Tipo de unidade	Classificação		
			Universidade	CDU	CNPq
UFPA	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Área	Ciências Humanas	Classe 3	Ciências Humanas
UFAM	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Curso	Ciências Humanas		
UFPE	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Curso	Ciências Humanas		
UFPB	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Área	Ciências Humanas		
UFMG	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UNB	Instituto de Ciências Sociais	Departamento	Ciências Sociais		
UFG	Faculdade de Ciências Sociais	Curso	Ciências Sociais		
UFRGS	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Departamento	Ciências Humanas		
UFPR	Departamento de Ciências Sociais	Curso	Ciências Sociais		